



INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

SUBSÍDIOS AO PLANO DE GOVERNO

VOLUME 1

VERSÃO PARA DISCUSSÃO

CURITIBA

DEZEMBRO/1982

159s IPARDES - Fundação Edison Vieira
 Subsídios ao plano de governo
 Curitiba, 1982.
 2v.

 1.Plano de governo - Paraná
 I.Título.

 CDU 338.984(816.2)

SUMÁRIO

VOLUME 1

APRESENTAÇÃO.....	iii
INTRODUÇÃO.....	1
1 CRISE E DEMOCRACIA.....	4
2 CRISE E PLANEJAMENTO.....	8
3 POLÍTICA INDUSTRIAL.....	11
4 POLÍTICA AGRÍCOLA.....	29
5 MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS.....	39
5.1 POSSIBILIDADES PARA O REFLORESTAMENTO NO PARANÁ.....	45
6 POLÍTICA URBANA.....	48
6.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES.....	49
6.2 POLÍTICAS ESPECIAIS.....	50
7 POLÍTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS DE EMPREGO.....	56
7.1 HABITAÇÃO.....	60
7.1.1 Programa Especial de Habitação.....	64
7.2 SAÚDE E SANEAMENTO.....	65
7.2.1 Programa Especial de Saúde.....	74
7.3 EDUCAÇÃO.....	76
7.3.1 Programa Especial de Educação.....	81
7.4 CULTURA E LAZER.....	83
8 POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS DO EMPREGO.....	87
VOLUME 2 = ANEXOS	
ANEXO 1 - RELAÇÃO DE ALGUNS PROJETOS.....	91
ANEXO 2 - UM MODELO ALTERNATIVO DE CRESCIMENTO.....	102

APRESENTAÇÃO

Estes subsídios têm por objetivo contribuir para a discussão e equacionamento das questões relevantes que deverão emergir durante o processo de elaboração do Plano de Governo do Paraná para o período 83-86.

Resultam da experiência acumulada pela equipe do IPARDES e se constituem em um recorte que colhe um conjunto de análises, conclusões e proposições contidas no grande elenco de estudos, pesquisas, planos e projetos que vem desenvolvendo (ver Anexo 1, v.2).

Essas atividades decorrem da atribuição básica da Fundação, disposta na sua Lei de Criação: "execução de trabalhos, de estudos e elaboração de projetos e de programas de apoio ao sistema estadual de planejamento" (PARANÁ. Leis, decretos, etc. Lei nº 6 407 de 07.06.73. Diário Oficial, Curitiba, 11.06.73. Art. 1º, b).

INTRODUÇÃO

A crise econômica atual é também internacional e assume especificidades próprias na economia brasileira. Ela está ligada ao esgotamento da matriz industrial-energética que comandou o ciclo expansivo pós-1945.

Nos países capitalistas avançados, os impasses impostos pela crise vão se aprofundando e se diluindo na medida em que se define um novo padrão de crescimento, assentado em novas bases tecnológicas e energéticas.

Na economia brasileira, os impasses da crise se manifestam pelo estrangulamento do Balanço de Pagamentos via serviços da dívida externa (juros e amortizações) e são potenciados pela política econômica de caráter ortodoxo implementada pelo Governo Federal, assentada fundamentalmente no corte dos gastos públicos, na ampliação regressiva da carga tributária, na administração restritiva do crédito e na expansão especulativa da dívida interna, mantendo elevados níveis de taxas de juros e impondo a recessão, a inflação, o desemprego e a deterioração das condições de vida em geral. Em síntese, uma política econômica de suicídio da nacionalidade brasileira - vide, entre outros, os casos do Chile, da Argentina e do Uruguai - via integração passiva da economia à nova divisão internacional do trabalho que está se configurando a partir da redefinição do padrão de crescimento em escala mundial.

Uma proposta alternativa a essa política e às consequên-

cias que ela pode gerar passaria por reformulações do sistema financeiro e tributário, bem como na política cambial, que visariam tornar independentes a atração de capitais externos e o manejo do comércio exterior, desvinculando ainda a oferta interna de crédito e a taxa doméstica de juros, das condições de liquidez do mercado financeiro internacional. Além disso, essas reformulações procurariam definir uma estrutura de receita tributária com ênfase na progressividade dos impostos, o que permitiria inclusive a ampliação da carga tributária, uma estrutura de dispêndio com um maior nível de descentralização possível entre as diferentes esferas de poder da União e um mercado de capitais orientado para o investimento produtivo (Anexo 2, v.2).*

Essas reformulações ampliariam o espaço da política econômica, a qual poderia vir a ter um caráter de estímulo à dinamização e modernização da economia, à ampliação do nível de emprego e ao avanço das condições de vida em geral, criando condições para uma integração autônoma e competitiva no mercado internacional.

A efetivação de tal política econômica não constitui um problema técnico, ou seja, as alternativas são tecnicamente factíveis, dado o respaldo histórico que possuem na experiência de desenvolvimento da própria economia brasileira ou dos países capitalistas mais avançados.

O problema é fundamentalmente político, e suas dimensões são definidas pela correlação de forças subjacentes aos inte-

*Nesse anexo, um conjunto de idéias e propostas indicativas tem por objetivo definir "Um Modelo Alternativo de Crescimento" para a economia brasileira.

resses em jogo dos diversos grupos sociais, que têm algo a ganhar ou a perder na manutenção ou reorientação da política econômica e do padrão de crescimento. Além disso, a própria definição do espaço político - autoritário ou democrático - de convergência, conflito e composição desses interesses divergentes é uma questão dinamicamente aberta. Uma solução democrática passará no mínimo pelo empenho na prática dos órgãos executivos que a propõe e pela valorização dos canais formais e informais de representatividade existentes na sociedade.

1 CRISE E DEMOCRACIA

Em uma situação de crise como a que atravessa o País, a continuidade da comunidade nacional e a sua sobrevivência encontram-se em permanente risco. No mundo moderno, em que a vida econômica adquire papel de destaque e uma importância redobrada, a soberania nacional e a cidadania têm sua sobrevivência garantida quando se lhes assegura o bem-estar físico e emocional, o enriquecimento intelectual e um mínimo de segurança quanto ao futuro. Essas condições de sobrevivência da comunidade nacional são se obtêm com o progresso material proveniente da constante expansão das atividades econômicas.

O Estado que não se presta a desempenhar a função de assegurar o crescimento econômico e o progresso material, é um simulacro de Estado, e o Governo que o gere é estranho à comunidade nacional. Estado e Governo convertem-se em potências exteriores.

A democracia constitui valor moral que se justifica por si e ao mesmo tempo é necessidade objetiva da existência do Estado moderno, cuja atuação deve se orientar por regras explícitas e formais, indiferentes aos caprichos ocasionais de indivíduos ou grupos. Em ocasiões como a atual, quando está em risco a permanência do parque industrial brasileiro - graças à integração passiva ao mercado internacional que está redefinindo seus padrões de expansão econômica - verificando-se a sujeição do aparato produtivo às contingências do fechamento anual do Balanço de Pagamentos e da administração da Dívida Externa, mais

necessário se faz a presença de um Estado constituído em moldes modernos, que possa assegurar o funcionamento dos canais formais e informais de comunicação do conjunto da sociedade para os setores que definem a política econômica. É necessário que essa se submeta às exigências de uma sociedade democrática, pois o Estado é uma associação política e não uma entidade patronal.

Nesse sentido, merece destaque para o exercício da democracia a existência de órgãos representativos como o Moderno Parlamento, constituído por delegados eleitos pelo voto livre, secreto, soberano e universal, em eleições livres de qualquer espécie de coação.

O Parlamento só existe de fato quando dispõe de poder sobre o orçamento e de poder de fiscalização mediante constituição de Comissões de Inquérito, e essas com poder convocatório inquestionável.

Os membros do Parlamento, eleitos pelo voto popular, são delegados e representantes do povo e não detentores privados de um poder particular. Conseqüentemente, o povo está acima do Parlamento. Por isso é necessário que o povo seja chamado a opinar nas questões constitucionais e nas controvertidas. Numa sociedade democrática, o plebiscito é e deve ser uma instituição e não um acontecimento circunstancial; pois, além de ser a forma do exercício da democracia direta nos Estados modernos, é um dos instrumentos institucionais para o controle da burocratização do Estado e do Parlamento.

A representação parlamentar partidária, ao lado do plebiscito, constitui instrumento importante para o controle da burocracia estatal pois o partido, por ser uma associação voluntária, organizada como instituição de direito privado, é

mais infenso à burocratização. O fortalecimento de partidos políticos e a reformulação de sua legislação específica devem ser objetivos fundamentais do processo de democratização e elementos de pauta dos objetivos dos governadores eleitos pelo voto popular.

A complexidade da sociedade, com suas múltiplas facetas, tem por base interesses divergentes que se expressam individualmente, ou de forma organizada não na condição de interesse geral, mas de categorias específicas. Essas formas organizadas de expressão de interesses políticos ou econômicos de categorias sociais são a base de uma sociedade. Ao mesmo tempo são capazes de exercer fiscalização sobre os órgãos burocráticos e, simultaneamente, contribuir para que o Parlamento não se burocratize.

A expansão dos órgãos do Estado, quer de serviços, quer de empresas, impõe o controle democrático pela sociedade. Dessa forma, além da descentralização desses órgãos, principalmente os assistenciais e culturais, faz-se necessário que os usuários se associem para indicar seus representantes na administração. Simultaneamente, os trabalhadores desses órgãos devem também participar da administração, para defesa de seus interesses particulares, basicamente como fiscalizadores da direção burocrática nomeada pelo Estado. A representação de funcionários nas empresas estatais é necessidade premente, pois ali a burocratização do Estado se funde com a burocracia dirigente da empresa.

Os graus de complexidade são extremamente variáveis nos diferentes níveis da estrutura burocrático-administrativa do Estado. Dessa forma, a cidade que constitui instância do Estado (nível político específico), com sua relativa simplicidade, é o

local em que formas de democracia direta procuram existir ao lado dos órgãos de representação proporcional. Nessa medida, é local privilegiado para o exercício da democracia e atinge de forma imediata aqueles mecanismos de direção política. Quanto maiores forem os encargos e a parte da receita final total transferida aos municípios, mais sujeitos eles estarão ao exercício da gestão democrática direta. A descentralização administrativa, portanto, é um programa estratégico que deve ser implementado, sempre que não colida com restrições de ordem técnica e econômica.

2. CRISE E PLANEJAMENTO

O aprofundamento da crise econômica permeará a ação dos governos estaduais nesta primeira metade da década dos anos 80. Suas ações estarão voltadas para administrá-la, enfrentando-a.

Para isso, é importante que se compreenda a dinâmica que as crises econômicas têm. A crise não é algo estático e significa, ao mesmo tempo, esgotamento e transformação do padrão de crescimento econômico, com a redefinição de novas frentes de expansão.

Encarar a crise como algo estático é concluir que administrá-la através da recessão econômica - política que vem sendo adotada pelo Governo Federal - significa abrir espaços para que a economia, a médio prazo, volte a "crescer", embora dentro do mesmo padrão que a própria crise revela como esgotado! Ou seja, a recessão é mais uma forma de reagir à crise do que enfrentá-la.

Nesse sentido, o planejamento governamental que visa enfrentar a crise, assume um duplo papel. Por um lado, deve reforçar as tendências de transformação no padrão de crescimento econômico abrindo e incentivando as novas frentes de expansão que vão se configurando; por outro, deve enfrentar as consequências geradas pelo esgotamento e reorientação do padrão de crescimento, até então vigente, que intensifica e agrava a questão social, em geral, e a questão do emprego, em particular.

Esses papéis não conflitam entre si, pelo contrário, se

complementam. Os investimentos públicos, visando criar empregos e direcionados para as condições de vida das populações, sustentam a demanda necessária - como historicamente sustentou - para respaldar o incentivo à expansão de setores-chaves na redefinição do processo de crescimento. E, vice-versa, o incentivo à expansão desses setores, além de gerar empregos, direta e indiretamente, cria as bases reais de captação de recursos para o financiamento das inversões públicas. Assim, pode-se dizer que os governos na crise devem ser **Governos do Emprego**.

Além disso, a ação do governo, norteadas por tal perspectiva de planejamento - dinamização e modernização econômica, emprego e condições de vida - é condição para substantivar a organização democrática da sociedade, já que estaria voltada, no plano econômico e social, para o atendimento de carências básicas da população. Contudo, não é condição suficiente, e para tal é fundamental que se desenvolvam formas de democratização dos processos de decisão da administração pública.

No plano estadual, essa orientação mais geral se explicitaria em dois níveis:

- a) postura crítica por parte do Governo Estadual em relação à política econômica recessiva que vem sendo adotada pelo Governo Federal, colocando em discussão propostas alternativas e aproveitando as brechas existentes para a implementação de medidas anti-recessivas; não são as existentes internamente, mas também as que podem ser abertas a partir das possibilidades de um planejamento inter-estadual e inter-regional;
-

- b) definição de políticas específicas globalmente direcionadas aos setores industrial e agrícola, ao meio urbano e às carências sociais existentes, fundamentalmente à de emprego.

3 POLÍTICA INDUSTRIAL

Para dinamizar e modernizar a economia a nível nacional é de fundamental importância a definição de uma política industrial, de médio e longo prazo, que estabeleça as linhas de ação quanto aos setores a serem reciclados ou desenvolvidos, considerando as várias dimensões da crise atual.

A reciclagem do setor metal-mecânico - principalmente do subsetor automobilístico, motor do crescimento recente da economia brasileira - depende da redefinição das matrizes de transporte e energia, já que estão esgotadas as possibilidades dinâmicas dos transportes rodoviário e individual urbano com base quase que exclusivamente nos derivados de petróleo. O desenvolvimento dos transportes hidro-ferroviários, de redes intermodais e de novas formas alternativas de racionalização dos transportes coletivos urbanos e interurbanos, dinamizaria não só o setor metal-mecânico como também a indústria da construção civil pesada, com significativo impacto indireto sobre os demais setores da economia e no nível geral de emprego. Viria, além disso, possibilitar uma redução dos custos reais de transporte.

Essas alternativas estratégicas para o setor metal-mecânico, por requererem altas imobilizações de capital, necessitariam de um esquema de financiamento a longo prazo, tornando-se, portanto, fundamental a presença do setor público, direta ou indiretamente, através da definição de condições para garantir e ordenar produtivamente o mercado de capitais.

No caso da indústria de bens de consumo duráveis (principalmente aparelhos eletrodomésticos) e não-duráveis (exceto o setor alimentar), suas perspectivas a médio prazo residem menos na necessidade de diferenciação e sofisticação tecnológica de produtos do que nas possibilidades de ampliação da escala de produção e redução dos custos via expansão do mercado, a qual se assenta fundamentalmente sobre o nível de emprego e as condições de distribuição da renda.

Além disso, a estrutura industrial da economia brasileira possui setores ainda pouco desenvolvidos, cujas tendências comerciais e tecnológicas a nível internacional apresentam maiores possibilidades de expansão: a alimentar, a eletrônica de ponta e a química orgânica.

Dentre eles, destaca-se o setor alimentar, com suas bases agrícola e agroindustrial. O incentivo à expansão desse setor, dinamizando e preservando as vantagens comparativas naturais já existentes, respectivamente através de progresso técnico e práticas de conservação ambiental, resultaria numa ampliação das oportunidades de emprego e, via ganhos de produtividade, na queda do custo real dos produtos alimentares. Além disso, deve-se realçar o papel da pesquisa tecnológica visando as potencialidades de ampliação do grau de industrialização de produtos agroalimentares, que atualmente na quase totalidade são consumidos a partir de um beneficiamento industrial primário, como é o caso do milho, do feijão e do arroz.

Os setores de eletrônica e química orgânica, apesar de apresentarem atualmente um peso relativo muito pequeno na estrutura industrial e, portanto, com baixo potencial de efeitos dinâmicos sobre o conjunto da economia, têm uma importância es-

estratégica fundamental. Eles viriam a se constituir num núcleo interno tecnológico básico, cujo desenvolvimento através de reservas de mercado, pesquisa, adaptação e compra de tecnologia permitiria que o processo da industrialização brasileira se colocasse de acordo com os rumos do novo padrão de crescimento que está se definindo a nível internacional.

Com relação ao Paraná, embora ainda esteja bastante difundida a idéia de que seja um estado agrícola, é importante destacar que sua indústria já atingiu uma enorme presença na estrutura da economia estadual. Hoje, os 16 000 estabelecimentos industriais do Estado contribuem com quase 30% para a geração da renda interna estadual, respondem por cerca de 1/3 do ICM arrecadado no Estado e empregam diretamente mais de 300 mil pessoas. Tomando-se uma família média de 4 pessoas, esse contingente significa que dependem da indústria mais de 1 200 000 paranaenses: cerca de 30% da população urbana do Estado.

Essa expressiva importância interna da indústria estadual foi praticamente cristalizada no curso da última década. Entre 1970 e 1980, a renda gerada pela indústria multiplicou-se por 5,8 enquanto a da agricultura por 2,5 e a dos serviços por 3,2. O enorme salto quantitativo dos anos 70 foi acompanhado por grandes transformações qualitativas das quais uma das mais importantes foi a crescente integração da indústria paranaense à indústria nacional e a conseqüente e radical mudança nas formas de concorrência. Hoje, em todos os segmentos da indústria se detecta a presença de empresas modernas, com ampla escala de produção e avançada tecnologia, competindo no mercado nacional e mesmo internacional. Isso se revela claramente quando se considera o crescente grau de abertura da economia estadual:

cerca de 40% das vendas da indústria do Paraná são dirigidas a outros estados. Esse fato, aliado ao peso adquirido pela indústria em termos de geração de emprego e renda, deixa nitidamente estabelecido que a economia paranaense não é uma ilha agrícola, infensa aos efeitos de uma recessão a nível nacional. Pelo contrário, a continuidade de políticas recessivas e a agudização da concorrência que inevitavelmente as acompanham tenderão a incidir cada vez mais sobre a indústria local, repercutindo diretamente sobre o emprego e sobre as finanças estaduais.

Enfocando-se, ainda que rapidamente, a indústria paranaense sob a ótica do uso dos produtos,* vê-se que o setor de bens de consumo não-duráveis já é razoavelmente desenvolvido, existindo também um embrião da indústria de bens de capital, representado pelo setor metal-mecânico. Entretanto, a produção de bens de consumo durável e a de bens intermediários é ainda inexpressiva.

A reduzida produção de bens intermediários e de bens de capital, assim como a dos bens duráveis de consumo, explica o reduzido grau de integração do aparelho produtivo estadual e o elevado coeficiente de importação da indústria paranaense. Essa constatação tem levado à sugestão de que um programa de industrialização para o Paraná deveria centrar-se na substituição de importações estaduais, buscando complementar a malha industrial, aproximando-a da estrutura da indústria nacional. Es-

*Na classificação por usos, a indústria se divide em indústria de bens de consumo (duráveis e não-duráveis), bens intermediários de uso generalizado (como aço e produtos da química pesada) e bens de capital.

sa linha encontra sêrias dificuldades no fato de que, principalmente na indústria de bens intermediários e de capital, sô prosperam as grandes unidades industriais atuantes no mercado nacional e mesmo internacional e, portanto, com elevado grau de competitividade. A forte presença da produção de bens intermediários e de capital na estrutura da indústria nacional, a reduzida dimensão relativa do mercado local paranaense e a inexistência de barreiras alfandegárias interestaduais tornam esse caminho extremamente difícil de percorrer. Ao contrário, em lugar de centrar a industrialização na implantação de setores ausentes, os programas de expansão industrial devem estar enfocados em setores industriais nos quais o Paraná já revelou um razoável grau de competitividade e em que sô máis amplas as possibilidades de complementação industrial e de geração de vantagens comparativas dinâmicas.

Se se observa mais detidamente a estrutura interna da indústria estadual, ver-se-ã que seu núcleo fundamental é a agroindústria. Em outras palavras, tanto em termos de criação de empregos como em termos de geração de valor agregado, a maior porção da indústria está acoplada à agropecuária, processando seus produtos e fornecendo-lhe máquinas, equipamentos e insumos.

Essa estrutura, muito mais integrada localmente que no passado, foi praticamente formada no curso da última década. Nos anos 70, a agroindústria paranaense caminhou rapidamente para uma maior integração, acompanhando o acelerado processo de modernização da agricultura. Assim, ao mesmo tempo em que o primeiro processamento de produtos agrícolas, que caracterizou a indústria até fins da década de 60, foi sendo deslocado por produtos de maior grau de elaboração, foram surgindo e adquirindo

expressão as indústrias produtoras de máquinas, equipamentos e insumos para a agricultura e para a própria agroindústria.

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO DE ALGUNS GÊNEROS E GRUPOS INDUSTRIAIS
NO VALOR AGREGADO DA INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1975 - 1979

GÊNEROS/GRUPOS	1975	1979*
Madeira	17,8	17,1
Serrarias e Resserrados	12,3	10,8
Aglomerados e Chapas	3,8	4,2
Produtos Alimentares	30,4	25,5
Beneficiamento de Café, Cereais e Afins	8,6	3,2
Café Solúvel	2,5	3,6
Frigoríficos	2,9	3,9
Óleo Refinado	3,7	5,0
Química	10,3	9,1
Óleos Vegetais em Bruto	3,5	1,5
Adubos, Fertilizantes e Corretivos	3,6	4,2
Mecânica	3,8	4,8
Fabricação de Máquinas e Equipamentos para a Agricultura	0,6	1,8
TOTAL Dos Gêneros Listados	62,3	56,5
Dos Grupos Listados	41,5	38,2

FONTE: Secretaria de Estado das Finanças, Sistemas DFC e CCE

*Exclui-se a PETROBRÁS dado que seu peso específico reduz a participação de todos os gêneros e grupos, tornando menos clara a interpretação da tabela

Cerca de 40% do valor agregado da indústria é gerado pelos grupos industriais listados, que compõem o grosso da agroindústria.* De outro lado, vê-se que os produtos menos elaborados (como óleos brutos) cedem espaço para produtos mais sofisticados (como óleos refinados). Paralelamente, cresce o peso da produção de insumos e máquinas e equipamentos. Embora esse último segmento da indústria tenha um peso ainda relativamente pequeno (1,8%), é notável o fato de que haja triplicado sua

*Os gêneros listados responderam, em 1980, por 51,3% do emprego industrial.

participação em apenas 4 anos.*

As dinâmicas de expansão da agroindústria e da agricultura estão estreitamente associadas. Assim, as condições gerais da produção e da oferta de produtos agropecuários (quantidade, preço e qualidade) contribuem e refletem significativamente na determinação do caminho de expansão dos vários segmentos da agroindústria.

A nível nacional, advoga-se por uma prioridade agrícola que deve ser entendida de modo distinto daquele defendido pelo Governo Central: a prioridade estratégica para a agricultura deve ser a do abastecimento interno, principalmente alimentar, e não a da substituição energética ou a das exportações. No Paraná, a tônica das diretrizes relativas à agricultura deve ser o aumento da produção e da produtividade e a redução de custos. Essa política, de ampliação da oferta e redução dos custos primários, tenderá a ampliar as vantagens comparativas do Paraná na agroindústria.

É importante frisar que as vantagens comparativas não são um dom da natureza. Elas podem ser criadas pela ação do Governo. De outro lado, para assegurar a estabilidade do crescimento a longo prazo tanto da agricultura como da indústria, as vantagens comparativas devem ser incessantemente ampliadas, ou seja, elas devem ser dinâmicas. Nesse particular, o papel de criação e difusão da tecnologia é fundamental.

Essa linha de raciocínio conduz à conclusão quase evidente de que a agroindústria, no sentido anteriormente descrito,

*A tabela 1 subestima a importância adquirida pela indústria mecânica ligada à agricultura e à agroindústria. A subestimação é originada pelo fato de que só se dispõe de estatísticas segundo a classificação industrial a 4 dígitos. A 6 dígitos seria possível captar, por exemplo, um enorme conjunto de produtos industriais do grupo 12.31 ("Fabricação e montagem de máquinas-ferramentas, máquinas costureiras e aparelhos industriais de uso específico") destinados à agroindústria. Tal é o caso, entre outros, da fabricação de máquinas e aparelhos para a indústria de madeira, para indústria de celulose, para frigoríficos, matadouros e abatedouros, para a indústria de laticínios, etc.

Para se ter uma idéia da subestimação contida na tabela, basta dizer que somente 9 empresas do grupo 12.31, que se conseguiu identificar como produtoras de equipamentos para a agroindústria, responderam, em 1979, por 45% do valor das vendas do grupo. Mantida essa proporção para o valor agregado, a produção da indústria mecânica destinada à agricultura e à agroindústria seria de 2,3% em lugar dos 1,8% indicados.

deve ser o setor de predileção da ação oficial no campo da indústria. Nesse bloco de indústrias, são mais fortes as possibilidades de dinamização, complementação e geração de vantagens comparativas. Isso não significa, evidentemente, a exclusão de ações de apoio a outros setores industriais que não compõem diretamente a agroindústria, merecendo atenção especial a indústria extrativa mineral, em geral, e as alternativas de industrialização do xisto e dos resíduos de seu processamento, em particular.

Embora esteja relativamente clara, é importante notar que a idéia de agroindustrialização aqui apresentada, distancia-se consideravelmente da concepção difundida. As diferenças se estabelecem em três pontos fundamentais. Em primeiro lugar, não se trata de pensar a agroindústria somente como o conjunto de plantas processadoras de produtos agropecuários. O conceito aqui utilizado engloba segmentos industriais a montante e a jusante da atividade agrícola. Em segundo lugar, não se advoga o caminho da dinamização agroindustrial pelo aproveitamento das vantagens estáticas nas quais o Paraná foi pródigo no passado (principalmente terras fartas, férteis e baratas). Procura-se, pelo contrário, afirmar a necessidade de manter e, principalmente, ampliar as vantagens existentes pela via de criação e difusão da tecnologia. Em terceiro lugar, e ligado a esse último, é importante frisar que embora a linha aqui defendida comporte a idéia de uma certa especialização, isso não implica inserção passiva do Paraná na economia nacional. Pelo contrário, a criação e difusão do progresso técnico, único caminho que pode conduzir o Paraná a algum grau de autonomia na divisão do trabalho a nível nacional, só é possível quando se unem as idéias abs-

tratas sobre ciência e tecnologia a um setor com massa crítica suficiente para viabilizar tanto a produção como o consumo dessa tecnologia. É nesse sentido que a agroindústria é prioritária.*

O conjunto de ações mais importante da política industrial deve estar dirigido à indústria de beneficiamento e elaboração de matérias-primas agrícolas (principalmente o processamento de alimentos), ao complexo madeira e às indústrias de máquinas, equipamentos e insumos destinados à agricultura e à agroindústria.

Seguindo as diretrizes básicas antes desenvolvidas, as ações de estímulo e dinamização da indústria devem se concentrar em três aspectos fundamentais: apoio financeiro, apoio tecnológico e complementação da estrutura industrial. Na área do apoio financeiro, ao lado de uma política creditícia menos restritiva, considerada como uma das condições essenciais para o relançamento de toda a atividade econômica, é importante destacar a necessidade e oportunidade de dinamização de dois instrumentos estaduais, convenientemente seletivos: o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e o Programa Especial de Fomento à Industrialização - PEFI.

Com relação ao público tomador, é importante destacar que algum tipo de tratamento preferencial deve ser dispensado às pequenas e médias empresas industriais e às cooperativas. Ao

*Tentando relativizar ainda mais a idéia de desvantagens implícitas na especialização, é conveniente lembrar aqui algo que será tocado mais adiante: o desenvolvimento das indústrias produtoras de máquinas e equipamentos acoplados à agricultura e à agroindústria tenderá a flexibilizar o parque industrial e a ampliar suas possibilidades de avanço para etapas mais adiantadas no processo de industrialização.

lado do apoio técnico, as pequenas e médias empresas devem ser objeto de tratamento especial que amplie suas possibilidades de capitalização e que assegure seu espaço no mercado.* As cooperativas devem ser estimuladas, pela via do apoio financeiro, a concretizar seus planos de diversificação de atividades.**

O apoio tecnológico, pilar essencial para a criação de vantagens comparativas dinâmicas, deve se orientar no sentido da identificação de novos produtos e novas oportunidades de inversão, da melhoria dos produtos atuais e da redução de custos e aumento da competitividade da agroindústria estadual.

Na área da indústria da madeira e mobiliário, propõe-se a criação de um Laboratório Tecnológico da Madeira, aproveitando e ampliando a estrutura operacional e financeira bem como os quadros técnicos do Instituto de Tecnologia do Paranã - TECPAR. O objetivo principal do Laboratório seria a investigação tecnológica e a oferta de assistência técnica dirigidas a ampliar o nível de eficiência das indústrias componentes do complexo madeireiro do Estado. No rol de suas tarefas mais específicas caberiam ações como o desenvolvimento de tecnologias para o aproveitamento de subprodutos, o estudo e difusão de técnicas de manejos florestal, o estudo da adaptação do atual parque de máquinas para o

*Pela via do apoio financeiro, pode-se estimular a cooperação entre as pequenas empresas, sob a forma de **pools** ou consórcios de compras e vendas, visando manter ou ampliar sua presença no mercado interno e externo.

**Em 1981, as cooperativas tinham projetados ou em instalação 22 empreendimentos industriais, com um volume global de investimentos superior a 13 bilhões de cruzeiros, autofinanciado em cerca de 20%. Essas cifras revelam sua inegável capacidade gerencial e financeira.

Mais da metade do valor do investimento programado está ligado à implantação do PROÁLCOOL no Estado (53%) e outros 36% à produção de óleos vegetais, notadamente soja. Entretanto, comparando-se a repartição do investimento com a distribuição do número de projetos por tipo de atividade (8 projetos de álcool, 4 de óleos vegetais, 2 de beneficiamento/processamento de leite, 2 ligados à atividade avícola e 6 ao beneficiamento/processamento de outros produtos) revela-se uma maior diversificação com a existência de projetos de menor dimensão. Assim, é cabível pensar que a seletividade potencial do FDE e PEFI poderia induzir as cooperativas, principalmente as menores, à realização de investimentos de menor porte em segmentos industriais menos saturados.

processamento e utilização de espécies exóticas, o estudo e difusão de normas técnicas e de técnicas de controle de qualidade e o estudo e difusão de novos produtos e processos.

Na área específica da indústria agroalimentar, propõe-se a criação de um Laboratório de Tecnologia de Alimentos, também vinculado ao TECPAR, cujo objetivo seria a investigação tecnológica e a oferta de assistência técnica à agroindústria de alimentos. Suas funções principais seriam a investigação e difusão de novos produtos e processos e o estudo e difusão de normas técnicas e procedimentos de controle de qualidade.

Tomando-se o processamento de produtos agropecuários como pivô da dinâmica da agroindústria paranaense, as maiores possibilidades de programas viáveis de complementação da estrutura agroindustrial do Estado se situam na produção de insumos para a agricultura (fertilizantes, defensivos, etc.), no aumento do grau de processamento dos produtos agrícolas e na ampliação das indústrias metálicas direta ou indiretamente ligadas à produção de máquinas e equipamentos para a agricultura e para a agroindústria.

Embora se possam elaborar programas perfeitamente viáveis nas três áreas, é necessário notar que o leque é demasiado amplo e comporta o risco de conduzir a uma pulverização de esforços e recursos, com pobres resultados práticos. Em lugar disso, o que se propõe é uma atenção especial às indústrias produtoras de máquinas e equipamentos.

A ênfase nesse segmento da indústria se justifica pelo fato de que o Paraná conseguiu desenvolver um razoável núcleo de indústrias metal-mecânicas, com forte potencial de geração de efeitos dinamizadores pela via da demanda interindustrial.

Por outro lado, o desenvolvimento da metal-mecânica flexibiliza o parque industrial e amplia as possibilidades de evolução da indústria estadual para estádios mais complexos de industrialização.

Nesse sentido, devem ser retomadas e reforçadas duas linhas de ação: o desenvolvimento de fornecedores locais e a atração de novos investimentos industriais.

O desenvolvimento de fornecedores locais deve ser dirigido ao levantamento das restrições que atualmente impedem uma maior expressividade do fornecimento local: planejamento da produção, controle de qualidade, controle de custos e acesso às matérias-primas básicas, principalmente aço. A ação do setor público na área de assessoria técnico-administrativa (planejamento, controle de qualidade e custos) é amplamente facilitada pela existência de organismos a ela dedicados. Assim, é fundamental alinhar o TECPAR e o CEAG, entre outros, às linhas fundamentais da política estadual na área da indústria ao mesmo tempo em que se lhes facilitem as condições materiais e de recursos humanos para a consecução de suas tarefas.

O acesso ao aço em quantidade, qualidade e preços adequados às dimensões da indústria consumidora local - outra forte limitação ao desenvolvimento dos fornecedores paranaenses - pode encontrar sua solução no estabelecimento de uma central de compras de produtos siderúrgicos, antiga reivindicação de expressivas indústrias metálicas do Paraná. Assim, propõe-se a retomada dos estudos de viabilidade da Central de Aço, a partir da experiência da AFAPAR e de organizações semelhantes existentes em outros estados.

A política de atração de investimentos industriais com-

plementares à atual estrutura industrial deve ser relançada. Dessa forma, a política de desenvolvimento de fornecimento local adquire maior importância dado que a sua ausência tem sido justamente um dos grandes empecilhos à atração de empresas. Ligado a isso, o Governo do Estado deve estar atento às definições da política industrial nacional, defendendo, entre outras, a idéia de descentralização da indústria nacional. Nesse particular, a formação e orientação de representação do Estado a nível federal assume importância crucial.

Embora o sucesso ou insucesso das ações governamentais na área da indústria dependa de fatores que escapam ao controle do Governo, principalmente de um governo estadual, é necessário frisar que, na esfera de competência do Estado, a articulação entre as entidades que intervêm no processo de industrialização, é um ingrediente fundamental para levar a bom termo uma política industrial. Julga-se de extrema urgência e importância articular e disciplinar a ação do grupo de entidades estaduais que mais diretamente se relacionam com o fomento industrial e, quando for o caso, criar as condições para o bom desempenho de suas funções. Assim, propõe-se o estudo da rearticulação, em torno das diretrizes aqui expostas, das seguintes entidades, direta ou indiretamente vinculadas à Secretaria da Indústria e do Comércio: Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, Centro de Desenvolvimento Industrial - CENDI, Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná - COIND, Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial - CODIN, Centro de Comércio Exterior do Paraná - CEXPAR, Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do

Paraná - CEAG-PR e Bolsa de Subcontratação Industrial do Estado do Paraná.

Um último aspecto a ser tocado é o da interiorização da indústria. No passado recente, esforços e recursos foram direcionados para a instalação de áreas destinadas à localização de indústrias em diversos municípios do Estado (Distritos Industriais). A experiência revelou que muitos municípios realizaram investimentos relativamente elevados na desapropriação de terra e na instalação de infra-estrutura, sem conseguir povoar com indústrias seus distritos.

Os distritos que apresentaram um desempenho mais satisfatório, tanto na atração de novas indústrias como no disciplinamento do uso do solo urbano, foram a Cidade Industrial de Curitiba, os Centros Industriais de Londrina e as Zonas Industriais de Ponta Grossa e Maringá. Estas quatro áreas planejadas se destacam do restante por sua administração mais eficiente (salvo Maringá, as demais são administradas por companhias específicas), por suas condições infra-estruturais mais adequadas, por seu grau de ocupação mais expressivo e pela presença de um planejamento mais sério. Esses resultados não surpreendem, pois esses quatro municípios constituem as maiores aglomerações do Estado, tanto em termos de população como em termos industriais. Contam, por isso, com maiores condições para viabilizar tanto a atração de indústrias como a realocação de parte da atividade industrial fixada na malha urbana. Assim, seguindo as proposições relativas ao setor urbano do Paraná, a política industrial de nível estadual deve adotar a linha da "desconcentração concentrada", dispensando atenção privilegiada à industrialização da Região Metropolitana de Curitiba e, no interior, Pon-

ta Grossa, Londrina e Maringá

As propostas relativas à indústria, em resumo, são as seguintes:

- a) a atenção da política industrial estadual deve estar dirigida preferencialmente à agroindústria: beneficiamento e elaboração de matérias-primas agrícolas - principalmente processamento de alimentos -, ao complexo madeira e às indústrias de máquinas, equipamentos e insumos destinados à agricultura e à agroindústria;
- b) as ações de estímulo e dinamização da indústria devem se centrar em três aspectos fundamentais: apoio financeiro, apoio tecnológico e complementação da estrutura industrial:
 - I) na área do apoio financeiro, propõe-se:
 - i) apoio às empresas industriais em geral, utilizando o sistema financeiro estadual para colocar à sua disposição recursos com melhores prazos e custos em relação aos ofertados pelo sistema financeiro privado;
 - ii) dinamização e aproveitamento da seletividade do Fundo de Desenvolvimento Econômico e do Programa Especial de Fomento à Industrialização;
 - iii) tratamento preferencial às pequenas e médias empresas, procurando ampliar suas possibilidades de capitalização e assegurar seu espaço no mercado. Concretamente, propõe-se o estímulo financeiro para o desenvolvimento da co-

operação entre as pequenas empresas, sob forma de pools ou consórcios de compra de matérias-primas e venda de produtos;

- iv) tratamento preferencial às cooperativas, principalmente às menores, procurando utilizar a seletividade potencial do FDE e do PEFI para induzi-las à realização de seus planos de diversificação de atividades.

II) Na área do apoio tecnológico, propõe-se:

- i) instalação de um Laboratório Tecnológico da Madeira, aproveitando-se e ampliando-se a estrutura operacional e financeira do TECPAR. O Laboratório teria tarefas como o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de subprodutos, o estudo e difusão de técnicas de manejo florestal, o estudo da adaptação do atual parque de máquinas para o processamento e utilização de espécies exóticas, o estudo e difusão de normas técnicas e de técnicas de controle de qualidade e o estudo e difusão de novos produtos e processos;
- ii) instalação de um Laboratório de Tecnologia de Alimentos, também vinculado ao TECPAR, para desenvolver tarefas como investigação e difusão de novos produtos e processos, o estudo e difusão de normas técnicas e procedimentos de controle de qualidade.

III) na área da complementação da estrutura industrial, propõe-se o desenvolvimento de programas de apoio e

expansão das indústrias metálicas direta ou indiretamente ligadas à produção de máquinas e equipamentos para a agricultura e para a agroindústria, com ênfase em dois aspectos: desenvolvimento de fornecedores locais e atração de novos investimentos industriais.

i) o programa de desenvolvimento de fornecedores locais deve estar dirigido, além do apoio financeiro, à difusão de técnicas de planejamento da produção, controle de qualidade e controle de custos e à melhoria das condições de acesso às matérias-primas básicas, principalmente aço.

Com relação à assessoria técnico-administrativa (planejamento, controle de qualidade e custos) propõe-se reforçar a ação do TECPAR e o CEAG. Com relação ao acesso ao aço em quantidade, qualidade e preços adequados, propõe-se a retomada dos estudos de viabilidade da Central do Aço, a partir da experiência da AFAPAR;

ii) o programa de atração de novos investimentos industriais deve ser relançado. Ligado a isso, o governo estadual deve estar atento às definições da política industrial nacional, defendendo, entre outras, a idéia da efetividade das políticas de desconcentração da indústria nacional.

c) para levar a bom termo a política industrial do Estado, julga-se de extrema importância articular e

disciplinar a ação do grupo de entidades que mais diretamente se relacionam com o fomento industrial, criando, quando for o caso, condições materiais para o bom desempenho de suas funções. Assim, propõe-se o estudo da rearticulação, em torno das diretrizes aqui expostas, das seguintes entidades, direta ou indiretamente ligadas à Secretaria do Estado da Indústria e do Comércio: BADEP, BRDE, TECPAR, CENDI, COIND, CODIN, CEXPAR, CEAG e Bolsa de Subcontratação Industrial do Paraná;

- d) com relação à espacialização da indústria a nível estadual, propõe-se o disciplinamento da política de instalação de distritos industriais, adotando-se a linha da "desconcentração desconcentrada". Nesse sentido, a política industrial deve dispensar atenção especial à industrialização da Região Metropolitana de Curitiba e, no interior, Ponta Grossa, Londrina e Maringá.

4 POLÍTICA AGRÍCOLA

O desenvolvimento agrícola recente está ligado às políticas agrícolas de crédito e preços, que atuaram para que um numeroso conjunto de produtores agrícolas transformassem profundamente a sua forma de produção constituindo-se em significativo mercado para insumos industrializados e máquinas agrícolas.

Esse processo, que representa aumentos na produtividade do trabalho e assegura a apropriação de maiores rendimentos físicos, ficou restrito, entretanto, a um grupo de produtos e produtores. Nesse sentido, pode-se entendê-lo como insuficiente e parcial.

Os resultados desse processo podem ser encarados sob duas perspectivas: a sua importância e alcance, e suas contradições. Na primeira perspectiva, cabe considerar o significativo aumento de área plantada de soja que se constituiu em mais um produto agrícola do Paraná na pauta de exportações - o que significa produzir em nível de competitividade internacional. Cabe considerar também a importância que assumem na produção agrícola do Estado os produtos que, via progresso técnico, apropriam rendimentos mais elevados, como o café, cana-de-açúcar, algodão e trigo. Na verdade, foram as bases de uma agricultura diversificada e estreitamente vinculada ao mercado que asseguraram o ritmo da participação do Paraná nesse processo, com a especificidade de realizar uma profunda diferenciação social

que, mesmo proletarizando um número significativo de produtores, preservou, a partir da tecnificação, a unidade de produção familiar.

Na outra perspectiva, a expansão desse processo provocou desastrosos resultados sociais; num sentido amplo, quando manteve praticamente estagnada a produção alimentar no correr de toda uma década. Além disso, a transformação da forma de produzir prescinde diretamente da força de trabalho de parceiros e colonos e indiretamente também porque no vigoroso ritmo de sua expansão se acentua a demanda por terras com substancial elevação de seus preços. Nesse processo, numeroso conjunto de produtores não-proprietários (parceiros, arrendatários, colonos, etc.) perde a possibilidade de se reproduzir como produtores autônomos.

As necessidades de mão-de-obra, complementar à familiar, passam a ser resolvidas de forma crescente através da utilização do trabalho assalariado, sobretudo na forma de trabalho volante, restringindo ainda mais o montante de trabalhadores necessários para sustentar a atividade agrícola. A situação é mais delicada ainda, tendo-se em conta que a demanda é mais significativa em momentos precisos do processo produtivo, por exemplo na capina da soja, colheita do algodão e do café.

Portanto, como parte do rumo inexorável do desenvolvimento agrícola, verifica-se uma redução da população rural. No Paraná, essa redução assumiu proporções muito altas, particularmente nas regiões do norte do Estado onde a agricultura era realizada por trabalhadores parceiros ou colonos. No total do Estado, a população rural decresce em termos absolutos passando de 4 425 490, em 1970, para 3 156 925, em 1980, e o número

de migrantes que deixaram o Paraná nesta década está em torno de 1 200 000.

A recupera desse quadro, que seguramente já é bem conhecido, serve não apenas para evidenciar algumas questões que ainda marcam a problemática agrícola atual, como também e de modo especial para a discuss da continuidade desse processo.

Conforme se apontou, esse foi um processo parcial na medida em que subsiste no setor agrícola um numeroso conjunto de produtores que não se integraram nessa transforma e se mantiveram vinculados à produção agrícola de alimentos, principalmente arroz, feijão e milho que ainda continuam sendo produzidos, de forma dominante, sem insumos e máquinas.

Entendendo que o desenvolvimento tende a induzir a uma homogeneiza dos padrões técnicos da produção agrícola, são aquelas as culturas que representam a base sobre a qual pode e deve continuar o desenvolvimento agrícola.  necessário reforçar esse caminho, não são porque é importante que a oferta de alimentos cresça na perspectiva de atender prioritariamente o abastecimento da população brasileira como também porque esse objetivo implica busca de redução de custos, o que passa pela apropriação de maiores rendimentos, físicos e, portanto, pelo progresso técnico. Além disso, ainda que de forma secundária e mais distante, a perspectiva de competir com aqueles produtos também no mercado internacional implica apropriação de maiores rendimentos.

Numa outra instância, entende-se que a perspectiva de expansão e fortalecimento da agricultura de alimentos está estreitamente relacionada ao novo modelo industrial proposto para o Estado.

Para os produtores rurais, o objetivo de abastecimento representa opções de diversificação e de expansão, indiscutivelmente fundamentais diante da situação de crise que marca o período atual.

Nesse sentido, cabe notar que embora a crise não tenha se manifestado ainda de forma aguda na agricultura, isso não pode ser tomado como prova de sua imunidade nem como resultado exclusivo dos incentivos concedidos ao setor em função das prioridades estabelecidas pela política econômica do Governo Federal.

Numa economia industrial como a brasileira, somente o aprofundamento da crise é que a tornará mais evidente no setor agrícola. O último setor a ser fortemente afetado é o de bens de consumo não-duráveis (alimentos, vestuário, calçados, etc.) e os primeiros o de bens de investimentos e o de consumo duráveis, o que na realidade vem ocorrendo.

Essa crise, que poderá se tornar aguda no setor agrícola, tem um caráter novo na medida que passa a atingir um segmento de produtores altamente integrados como o mercado de insumos e máquinas e cuja reprodução de atividade produtiva é estreitamente dependente do crédito. Neste sentido, embora desconhecidos os processos que aí possam se desenrolar, são altamente suscetíveis a alterações na estrutura de recursos creditícios.

Ainda assim, pode-se supor que o setor agrícola, dada a sua especificidade, guarde uma certa margem de flexibilidade reduzindo ou substituindo a produção. Porém, sem dúvida, essa retração contribuirá decisivamente para o agravamento da crise industrial e urbana.

Dessa forma, a continuidade do processo de desenvolvimento agrícola representa uma brecha para aliviar os efeitos da

crise no setor agrícola, que tem suas chances de expansão se estreitando, podendo alcançar proporções inesperadas de retração face aos limites do mercado internacional e às anunciadas reduções no crédito agrícola.

A continuidade desse processo levanta duas grandes questões: uma de caráter social e que consiste em priorizar a sustentação do emprego no campo. Essa questão se traduz na busca de formas que possibilitem a grande quantidade de pequenos produtores mantidos à margem do progresso técnico acompanhar esse processo. Torna-se necessário impedir a formação de novos fluxos migratórios que, na crise da economia, pressionarão ainda mais o mercado de trabalho urbano.

Aqui cabe realçar a necessidade da presença de órgãos como INCRA e ITC na tarefa de estimular e colaborar na organização desses pequenos produtores, desenvolvendo assentamentos e colonizações oficiais como sistemas de controle necessários do ritmo de expulsão do campo.

Pode-se considerar a crise como um momento particularmente oportuno para que o Estado não só arrecade terras devolutas como promova a desapropriação de áreas improdutivas com vistas a absorver a categoria de trabalhadores sem terra ou com pouca terra, porque cresce a oferta de terras agrícolas e há indícios claros de redução do preço.

A segunda questão implica revisão do padrão tecnológico dominante, tendo em vista a situação de crise que marca o momento atual. Faz-se necessário revê-lo, não só quanto ao esgotamento da matriz energética (insumos oriundos do petróleo e mesmo combustível), mas também em relação ao meio ambiente e ao tipo de produtor, de forma a viabilizar a difusão do pro-

gresso técnico entre pequenos produtores.

A questão tecnológica abrange a redução de custos sem descuidar dos ganhos de rendimento. É o espaço para articulação intensiva dos órgãos de pesquisa, especialmente IAPAR, EMBRAPA, e de assistência técnica e extensão rural (ACARPA) na construção e difusão de um novo padrão de progresso técnico, priorizando a pesquisa agrônômica de produtos alimentares e as práticas que na linha de manejo integrado, possam reduzir os custos e apropriar ganhos de rendimento.

Deve-se contar também com a reestruturação e fortalecimento de órgãos como CAFE DO PARANÁ para que possam otimizar seus serviços de comércio de insumos e prestação de serviços de máquinas, alcançando mais abrangência e procurando adequar-se às especificidades regionais, principalmente no que se refere aos diferentes tipos de produtores.

Como observação final, cabe levantar que o modelo agro-industrial que orienta esta análise resulta da constatação de que, o desenvolvimento agrícola, com todas as suas contradições, passa irreversivelmente pela integração cada vez maior com o setor industrial.

Essa integração estabelece e explica a necessidade estrutural de subsídios para atividades agrícolas, cuja rentabilidade mínima não pode ser mantida sem esse aporte. Isso, dada a estrutura desigual dos setores agrícola e industrial, na qual a agricultura é um setor constituído por inúmeras unidades, que mesmo concentradas, jamais chegam a alcançar os níveis de concentração dos setores industriais e comerciais oligopólicos e oligopsônicos.

A presença de segmentos muito distintos na atividade

agrícola requer orientações específicas, distinguindo linhas de política segundo as formas diferenciadas do padrão tecnológico e tamanho econômico dos produtores.

Considerando o quadro de perspectivas esboçado, além das linhas básicas de crédito, teriam que ser contempladas linhas de ação especiais, orientadas para pequenos produtores com crédito fundiário, de investimento e mesmo para atendimento à saúde. No que se refere à produção tecnificada, cabe privilegiar linhas de ação que orientem sua diversificação.

Pode-se considerar as cooperativas como espaço importante para reduzir as desvantagens do setor agrícola face ao mercado oligopolizado. No entanto, uma efetiva atuação neste sentido requer também uma reavaliação do setor não só no que toca a uma maior abrangência de produtores e produtos mas, particularmente, quanto às perspectivas de administrações mais comprometidas com os interesses gerais do quadro social.

Embora seja indiscutível a presença do Estado para regular a rentabilidade do setor agrícola e o setor cooperativo também tenha seu papel, é fundamental reforçar o espaço sindical como instrumento necessário na organização dos produtores agrícolas para definição e defesa de seus interesses. Para isso, todas as formas de associação, particularmente locais, são instrumentos eficazes.

Outra tarefa importante para ser levada de modo particular pelas entidades sindicais, mesmo patronais, é uma solução prática que imprima força de lei para aplicação e cumprimento da legislação trabalhista no que se refere aos trabalhadores assalariados rurais voltantes.

Como conclusão, cabe realçar que os objetivos básicos de

um plano de governo para o setor agrícola na crise compreendem a necessidade de manter o nível de emprego, aumentar a produção e rendimentos da atividade agrícola, e principalmente da agricultura de alimentos, e desenvolver novas alternativas técnicas que propiciem a redução de custos bem como uma crescente desvinculação da matriz energética baseada no petróleo.

O eixo destas sugestões se encontra integrado à prioridade de abastecimento urbano e ao incentivo à expansão e desenvolvimento da agroindústria, objetivos esses estreitamente correlacionados.

Desse modo, um instrumento básico a ser acionado deverá ser um programa especial de aumento do consumo alimentar da população.

Resumidamente, as propostas destinadas a atingir esses objetivos são:

- a) reforçar a produção de alimentos, sobre base técnicas novas;
- b) reforçar a tendência à diversificação da produção agrícola;
- c) atuar no sentido de conter o fluxo migratório, dada a impossibilidade de aumentar a demanda urbana por força de trabalho na crise;
- d) direcionar órgãos como o ITC e o INCRA no sentido de fomentar projetos especiais que retenham mão-de-obra, estabelecendo controle sobre o ritmo de expulsão do campo;
- e) formação de estoques de terras, por parte do Estado, aproveitando a tendência à redução nos preços da terra, para criar possibilidades de projetos de assen-

- tamento e localização;
- f) redirecionar os institutos de pesquisa agropecuária e as companhias de extensão rural, no sentido da produção e divulgação de novas tecnologias de produção, especialmente na área de produtos alimentares, capazes de reduzir os custos de produção, rompendo crescentemente com o "padrão petróleo", e adaptáveis às necessidades dos pequenos produtores, de forma a aumentar o rendimento agrícola e ampliar as margens de rentabilidade;
 - g) reestruturar e fortalecer as empresas do Estado ligadas à comercialização, prestação de serviços e armazenagem, para que possam otimizar sua ação, alcançando maior abrangência, inclusive com a adequação às especificidades regionais;
 - h) criar linhas especiais de crédito orientadas para a pequena produção, abrangendo financiamentos fundiários, de investimento e até mesmo para a utilização de serviços de saúde;
 - i) estabelecer linhas de ação que orientem a diversificação dos produtores tecnificados, utilizando inclusive o sistema fiscal;
 - j) incentivar as cooperativas a atuar com maior abrangência, no que tange a produtos e produtores;
 - l) incentivar as cooperativas a democratizarem a sua gestão, comprometendo-a com os interesses da maioria do seu quadro social;
 - m) reforçar as organizações sindicais, patronais e de trabalhadores- como forma de definição e defesa dos

seus interesses;

- n) forçar a aplicação e o cumprimento da legislação trabalhista no campo, especialmente no que se refere ao trabalho assalariado temporário;
- o) desenvolver programas especiais para aumentar o consumo alimentar da população.

5 MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Muitos são os problemas relacionados ao meio ambiente e à preservação dos recursos naturais no Estado do Paraná. Os de maior intensidade são: erosão do solo rural e urbano, desmatamento, poluição hídrica que degradam as vantagens comparativas naturais do Estado para a produção agrícola, e a poluição dos alimentos. A maioria dos problemas são decorrentes da forma de utilização agrícola do território do Estado.

O desmatamento indiscriminado, provocado pela expansão da fronteira agrícola, tem causado desequilíbrios no ciclo hidrológico. As regiões mais atingidas são o Norte, Noroeste e Oeste do Estado onde a cobertura arbórea está reduzida a menos de 5% em algumas microrregiões e agravada pela sua localização aleatória; é notória a falta de matas na beira dos rios, nas nascentes e fontes.

A erosão do solo rural ocorre em quase todo o Estado, sendo mais intensa nas regiões onde o relevo ou o substrato geológico criam condições de maior suscetibilidade à erosão, como na Serra do Mar e na região do Ribeira, exemplos do primeiro caso e o Noroeste (região do Arenito Caiuã), do segundo.

A poluição hídrica e de alimentos é causada principalmente pelo uso inadequado de herbicidas e pesticidas. Esse uso irracional foi favorecido, entre outros aspectos, pela rápida expansão de novas culturas, cujos pacotes tecnológicos não eram conhecidos pelos agricultores, e pelo tipo de crédito agrícola

que estimulava o uso de insumos modernos de forma indiscriminada. Essa tendência tem-se revertido nos últimos anos em consequência do aumento de preços desses insumos e por melhoria da técnica de utilização por parte dos agricultores. No entanto, por parte do Governo, falta fiscalização e orientação adequadas na aplicação dos herbicidas e pesticidas, e legislação que proíba o uso de determinados produtos de reconhecida toxicidade.

Alertas têm sido feitas sobre esses e outros problemas, e alguns programas têm sido criados. Porém, é notória a ineficácia dos resultados no controle do meio ambiente. Um dos aspectos que poderia explicar esse fato é o enfoque geralmente errôneo da questão ambiental. Por um lado, ela é abordada de forma isolada, desvinculada dos aspectos produtivos e frequentemente a política de meio ambiente é visualizada como oposta à expansão econômica. Por outro, costuma-se partir dos pressupostos de que somente num determinado estágio mais avançado de desenvolvimento é que se tem condições de se preocupar com os aspectos ambientais e de que crescimento econômico implica necessariamente degradação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Isso é parcialmente verdadeiro, pois o crescimento econômico implica intervenção cada vez mais profunda nos ecossistemas naturais. No entanto, se faz necessário uma crescente planificação nessas intervenções sob risco de comprometer a produtividade. Também não se trata de preservar os ecossistemas como "santuários", mas sim, obter deles uma produtividade estável no tempo. E quanto com mais antecedência sejam detectados os desequilíbrios que o comprometem, mais fácil e mais eco-

nômico será o controle.

Assim, a contradição expansão econômica/controlado de meio ambiente e recursos naturais aparece de duas formas: pela preservação dos ecossistemas naturais que não considera os aspectos econômicos da sociedade e pela expansão econômica com objetivo de curto prazo que não se preocupa com a estabilidade dinâmica dos ecossistemas. Existe, às vezes, sob essa última concepção, uma confiança de que a tecnologia solucionará todos os problemas decorrentes dessa expansão, sem perceber que o seu sucesso também dependerá da estratégia de sua aplicação.

Um outro aspecto do insucesso da política ambiental está ligado à inexistência de um planejamento de médio e longo prazo nas diversas áreas de atuação do Estado e à falta de consciência dos problemas ambientais e com os recursos naturais por parte da população e das instituições.

Para definir uma política do meio ambiente e dos recursos naturais, deve-se entender que o homem faz parte do meio ambiente. É que a magnitude da intervenção do homem no sistema natural compromete sua qualidade de vida e ameaça sua própria existência. Compreendida essa interação, entende-se que dois aspectos importantes quanto às estratégias de ação devem ser separados:

- a) o preservacionista que consiste na criação de parques, reservas e áreas protegidas e a proteção dos ecossistemas naturais pela comunidade;
- b) o da utilização racional dos recursos naturais e manutenção do equilíbrio dos ecossistemas naturais e antrópicos que visem a sua utilização otimizada a médio e longo prazo, como forma de garantir o desen-

volvimento econômico.

Diante disso, é necessária a inclusão da problemática do meio ambiente e dos recursos naturais nos planos setoriais (indústria, agricultura, emprego, etc.) não a deixando relegada a programas específicos isolados do conjunto que, via de regra, não são implementados, dadas as prioridades de curto prazo.

Dessa forma, a questão do meio ambiente e dos recursos naturais deve ser vista como uma variável que pode vir a fornecer soluções alternativas com vantagens econômicas e sobretudo com benefícios reais para a sociedade que se supõe seja beneficiária do desenvolvimento que se procura.

Assim, ao nível da preservação do meio ambiente e recursos naturais, propõe-se:

- a) estimular a implementação e manutenção dos parques, reservas e áreas protegidas do Estado, em especial do Parque Marumby. A preservação de áreas muitas vezes cumpre outros objetivos, como é o caso desse parque que tem um papel importante na preservação dos mananciais da bacia de captação de água para a cidade de Curitiba e controle da sedimentação nos canais do Porto de Paranaguá. Além disso, sua utilização é possível como área de lazer. É necessário redefinir os seus limites para incluir áreas de nascentes suscetíveis à rápida degradação, como é o caso da Serra do Baitaca; ou ainda, excluir ou permitir o uso controlado de algumas áreas de boa aptidão agrícola e menor suscetibilidade à degradação ambiental;
- b) estimular a preservação e reconstituição das matas ciliares no Estado (através de crédito ou incenti-

tivos fiscais);

- c) estimular a preservação das matas remanescentes do Estado, principalmente nas regiões Norte e Noroeste;
- d) implementar a Lei nº 7 389 que estabelece critérios e normas para a ocupação e uso do solo do litoral e ilhas paranaenses, considerando as características ambientais de alta suscetibilidade à degradação e seu tipo de ocupação.

Ao nível da utilização racional dos recursos naturais e controle sobre o meio ambiente:

a) Setor Agrícola

- i) orientar a pesquisa e o trabalho de extensão agrícola no sentido de regionalizá-los atendendo às particularidades de cada região e do produtor a ser atingido por um determinado programa;
- ii) propiciar pesquisa e extensão agrícola de caráter integrado que contemplem não só os aspectos da produção a curto prazo, mas também a utilização racional dos recursos naturais (principalmente solo, água e florestas), as questões ambientais (preservação de matas em locais apropriados), a saúde e o saneamento (uso de defensivos, qualidade da água e eliminação de dejetos). Isso permitirá uma maior estabilidade na produção e uma melhoria na qualidade de vida do produtor;
- iii) implementar política florestal a nível do Estado que possibilite a redefinição do Distri-

to Florestal, visando atender de forma integrada o fornecimento de matéria-prima para a indústria (madeira e papel) e os aspectos energéticos e ambientais;

iv) procurar alternativas tecnológicas para a utilização das florestas (naturais ou implantadas) com objetivos múltiplos (econômicos e ambientais);

v) intensificar o controle da produção, venda e aplicação dos defensivos agrícolas e proibir o uso dos mais tóxicos como os mercuriais e os clorados (já proibidos em muitos países e alguns estados brasileiros).

b) Setores Urbano e Industrial

i) prevenir a poluição industrial e urbana ao incluir a questão ambiental nos programas de implantação de indústrias ou de expansão urbana; o planejamento urbano deve impedir a "invasão" de áreas habitacionais nas zonas industriais previamente delimitadas;

ii) aumentar a fiscalização sobre as indústrias poluentes. Essa tarefa é facilitada tecnicamente pelo caráter localizado da poluição (emisários, chaminés, etc.);

iii) condicionar de forma mais efetiva a aprovação de projetos industriais do Estado às normas de controle ambiental estabelecidas pela legislação existente.

Ao nível da Educação Ambiental: Essa questão é das im-

portantes no problema ambiental. Embora indispensável, deve ser considerado que o conjunto dos fatores envolvidos não se situam exclusivamente no limite de questões educacionais. É como medida complementar e imprescindível que ela será tratada nas seguintes propostas:

- a) criar programas de educação ambiental inseridos nos currículos de 1º, 2º e 3º graus; nos primeiros níveis obrigatório e no último optativo;
- b) criar e estimular a informação e o debate através dos meios de comunicação de massa, bem como da publicidade, teatro, cinema, literatura, apresentando a questão ecológica como forma de assegurar o desenvolvimento social.

5.1 POSSIBILIDADES PARA O REFLORESTAMENTO NO PARANÁ

O reflorestamento iniciado a partir de 1966, com a Lei de Incentivos Fiscais, criou uma superfície reflorestada superior a 700 000 hectares no Paraná.

Atualmente, são muitas as questões sobre o reflorestamento, entre as quais sobressaem:

- a) concentração fundiária, que ocorre através da aquisição de propriedades contíguas por um número escasso de companhias reflorestadoras;
- b) expulsão do pequeno produtor através da alienação de terrenos de aptidão agrícola para o reflorestamento;
- c) degradação ambiental através da criação de grandes maciços homogêneos, cuja única função é a produção de madeira, desconsiderando-se o conjunto de funções que a floresta cumpre.

Esses aspectos são antes resultantes de uma determinada política florestal do que de problemas inerentes ao processo de reflorestamento.

Na elaboração da política de repovoamento florestal do Estado, foram considerados unicamente aspectos responsáveis a curto prazo pelo fornecimento de matérias-primas à indústria madeireira e de papel e celulose. Dessa maneira, os projetos de reflorestamento tiveram suas prioridades definidas pelos interesses das indústrias consumidoras da sua matéria-prima. Para isso, foram levados em conta os aspectos relacionados aos custos de transporte, implantação e taxas de crescimento de espécies florestais, tendo sido desconsiderado o conjunto de aspectos sociais e ambientais.

Assim, e de forma coerente com as linhas gerais definidas para a política de meio ambiente e de recursos naturais, a expansão do reflorestamento deve ser redirecionada para transformar o pequeno e médio produtor em produtores florestais, especialmente nas áreas econômicas mais deprimidas, além de suprir a indústria.

O reflorestamento deve surgir como uma nova fonte de renda, sem implicar utilização de solos aráveis, nem abandonar as práticas agrícolas, ainda que sejam em terras marginais. Existem várias formas de combinação entre atividades florestais e agrícolas - a agro-silvicultura, que permite além disso o estímulo à pecuária de pequeno porte.

No entanto, para o desenvolvimento dessas atividades, a atomização das pequenas propriedades exige o estudo de formas viáveis de Cooperativas Florestais que possibilitem o Reflorestamento em escala comercial com apoio da indústria e dos esta-

belecimentos de crédito.

A produção florestal em pequena propriedade pode ser extensivamente diversificada. São as seguintes as alternativas: madeira para lenha (bracatinga), para cercas e postes, para celulose e para serrar; cultivos de palmitos, frutíferas, oleaginosas (palmeiras), acácia para obtenção de tanino e colas, e também outras atividades como a produção de mel e cera, fungos e caracóis. Além disso, a floresta pode contribuir para melhorar a aptidão das terras agrícolas, criando cortinas contra ventos e massas de ar frio.

O reflorestamento, como atividade alternativa e complementar para o pequeno produtor, pode cumprir ainda uma função social em regiões desprovidas de outras alternativas econômicas.

Muitas regiões marginalizadas economicamente no Estado poderiam se beneficiar de um programa de reflorestamento, pois trata-se de uma atividade com utilização pouco intensiva de capital e altamente intensiva na ocupação de mão-de-obra no período de implantação.*

Para atingir os objetivos mencionados, o Estado deveria, entre outros aspectos:

- a) sugerir a alteração da legislação do IBDF para permitir o reflorestamento em pequenas propriedades;
- b) incentivar as experiências com espécies florestais nativas (por exemplo bracatinga) já adaptadas e melhor conhecidas pelos produtores.

*Por exemplo, a mão-de-obra direta empregada em 1 ha de floresta plantada de Pinus, durante os três primeiros anos é de 1 379 horas/homem, além da necessária para construção de estradas, conservação de aceiros, proteção contra fogo e administração. Essa geração de trabalho direto pelo reflorestamento absorve nos três primeiros anos aproximadamente 2 homens/ano/hectare.

6 POLÍTICA URBANA

O processo de urbanização, marcado pelo crescimento muito rápido das cidades e pelo acirramento das condições que reduzem a população ocupada na agricultura, impõe cada vez mais políticas coerentes e adequadas.

O crescimento da população urbana do Estado e a sua concentração nos maiores centros têm sido provocados pelas características progressivas e espontâneas da industrialização e agravados pela modernização da agricultura. Hoje, as políticas urbanas devem privilegiar programas que, além de melhor direcionar esse crescimento, criem infra-estrutura adequada, assegurando à população urbana o acesso à moradia, o transporte barato, rápido e seguro e a segurança sanitária essencial nas condições de grande aglomeração: requisitos imprescindíveis para um nível de vida compatível com a dignidade humana.

Para que se atinja os objetivos de uma política urbana coerente, é necessário que a comunidade participe exprimindo seus verdadeiros interesses e exercendo a fiscalização permanente da execução dos programas. Além disso, esses programas devem ser compatíveis com as diferentes escalas urbanas para que os recursos não se pulverizem em objetivos inadequados.

Essa orientação possibilitou dividir as propostas em dois grupos: a gestão democrática das cidades e políticas especiais.

6.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES

A impossibilidade da reconstrução por um capital individual dos componentes materiais, constituídos pelas edificações justapostas, sistemas viários e outros equipamentos urbanos, e os efeitos úteis daí decorrentes fazem com que a cidade seja cada vez mais um produto coletivo, cuja apropriação, porém, se dá de forma privada.

A gestão democrática da cidade visa fundamentalmente assegurar o uso coletivo do espaço urbano, atuando contra as tendências especulativas com o solo e com a construção de habitações. Além disso, na medida em que as administrações municipais constituem um dos níveis de atuação do Estado, mais próximo da população, as relações do poder com a vida cotidiana são mais visíveis e mais perceptíveis. A intervenção direta nos centros de decisão provoca efeitos imediatos sobre o poder, possuindo, portanto, um sentido comunitário, coletivo e democrático também imediato.

A gestão democrática da cidade depende, entre outras coisas, da existência de associações comunitárias espontâneas de moradores, de usuários de serviços urbanos, além de órgãos representativos com delegados eleitos.

Uma condição fundamental para a existência da gestão democrática da cidade é uma relativa independência financeira que só pode existir com uma reforma tributária que assegure um mínimo de descentralização fiscal.

A primeira providência a ser tomada de imediato é efetivar a tributação do solo mediante a viabilização e a agilização do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, - como instrumento fiscal que assegure às prefeituras recursos finan-

ceiros suficientes e, ao mesmo tempo, impeça, mediante a sua progressividade e outros artifícios, que a especulação imobiliária continue atuando livremente, elevando de forma artificial o preço do solo e, conseqüentemente, a moradia e o aluguel.

É necessário, também, que o Estado crie um Fundo Especial para distribuição de recursos aos municípios. Esses recursos deverão ser distribuídos sem vinculação a qualquer programa, ficando sua administração a cargo das Prefeituras. Entretanto, o poder público estadual poderá condicionar a sua distribuição ao uso efetivo, por parte das Prefeituras, de seus instrumentos tributários.

6.2 POLÍTICAS ESPECIAIS

A política urbana tem de passar por uma hierarquização prévia para que os recursos destinados à cidade tenham efeito mais eficaz, evitando a sua dispersão territorial. Para isso é necessário respeitar a hierarquização dos centros urbanos, resultado da divisão territorial do trabalho.

As políticas implementadas sob essa hierarquia, ao reforçarem o papel dos centros ampliariam a oferta de empregos e de equipamentos, possibilitando reduzir a intensidade dos fluxos migratórios para os grandes centros.

Para tanto, as propostas de política urbana foram diferenciadas a partir da hierarquização das cidades em três níveis usuais: Região Metropolitana, Cidades Médias e Cidades Pequenas.

Região Metropolitana - Curitiba e 13 municípios. Região em processo de homogeneização, apresenta necessidade de controle da valorização e usos do solo urbano, como parte integrante na formação de seu sistema metropolitano. Para esse fim,

são necessários instrumentos legais e tributários, de âmbito municipal, aplicados de forma atualizada, diferenciada e progressiva, como o IPTU, o Imposto Sobre Serviço - ISS, Contribuições de Melhoria e impostos sobre lucro imobiliário e sobre o solo-criado.

Esses instrumentos têm a capacidade de fazer frente aos interesses imobiliários e ordenar a ocupação do espaço, enquanto não se dispõe de Legislação Federal sobre uso e ocupação do solo urbano, que discipline os direitos de construir, usucapião urbano e desapropriação. Dessa forma, seria possível a consolidação das políticas abaixo relacionadas:

- a) política do uso do solo - assentada em instrumentos tributários e no zoneamento urbano para evitar valorizações fundiárias especulativas e induzir o adensamento para o uso otimizado da infra-estrutura;
- b) formação por parte do poder do público de um estoque regulador de terras dentro da malha urbana de Curitiba, com o objetivo de assegurar uma oferta de solos edificáveis para habitação popular e equipamentos urbanos e evitar a formação de estoques especulativos de solo por parte do setor imobiliário;
- c) integração do sistema de transportes coletivos metropolitanos visando a economia de energia importada e criação de uma Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos com os objetivos de atender aos usuários, de avaliar o desempenho e custos das companhias privadas para aferição de tarifas, conforme o exemplo da CMTC de São Paulo, e de desenvolver tecnologias de transportes de massas;
- d) plano de ação sobre as favelas da Região Metropoli-

- tana de Curitiba privilegiando a urbanização dessas áreas para evitar a remoção ou desalojamento da população e assegurar a apropriação coletiva do espaço, impedindo o seu retalhamento em lotes inviáveis;
- e) programas de fortalecimento de uma gestão metropolitana de caráter político, jurídico e administrativo, que funcione como nível intermediário entre os municípios e o Estado, respeitando a autonomia municipal;
 - f) preservação ambiental e controle dos mananciais na Região Metropolitana de Curitiba;
 - g) programas de abastecimento e controle dos preços e da ocupação do solo para garantir a formação de um cinturão verde e organizar a produção e comercialização de hortifrutigranjeiros em moldes rentáveis, providenciando para isso linhas especiais de financiamento;
 - h) definição da Região Metropolitana de Curitiba como área prioritária de investimentos industriais, principalmente no setor metal-mecânico.

Cidades Médias - são aqueles centros que desempenham papel de dinamização regional. Foram divididos em 4 grupos. Essa divisão permite adequar políticas especiais de cidades médias às diferentes escalas urbanas e funções polarizadoras, conforme os níveis regionais e sub-regionais.

O primeiro grupo, composto das 4 cidades com população superior a 100 000 habitantes (Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Cascavel), exerce um papel polarizador; o segundo, com quatro cidades,* com população entre 50 000 e 100 000 (Paranavaí,

*Foz do Iguaçu foi excluída em virtude da indefinição atual sobre a perspectiva da cidade, com o fim de construção de Itaipu.

Apucarana, Guarapuava e Paranaguá), tem evidente papel polarizador a nível regional; o terceiro, composto por quatro cidades com menos de 50 000 habitantes (Umuarama, Pato Branco, Campo Mourão e Cornélio Procópio), também exerce papel polarizador a nível regional; o quarto é formado pelas cidades com população superior a 20 000 (exceto às da RMC) e exerce papel polarizador de nível sub-regional.

Para as cidades médias em geral, as políticas devem enfatizar o papel de dinamização desses pólos na região de sua influência e, ao mesmo tempo, impulsionar a capacidade de irradiar os efeitos dinâmicos para a região e os municípios de menor escala, o que implica política urbana regionalizada.

Essas diferenciações são produzidas espontaneamente pelo desenvolvimento econômico e as políticas a serem adotadas possibilitam racionalizar esse desenvolvimento, corrigindo possíveis distorções.

Tais políticas deveriam contemplar duas linhas básicas de ação:

- a) reforçar esse papel polarizador;
- b) contemplar a cidade propriamente dita, estabelecendo sempre que possível a distinção entre as políticas voltadas para as funções de apoio à produção, como construção de terminais de carga, sistemas viários para o transporte pesado entre outros, e aquelas voltadas para funções de consumo coletivo, como habitação e equipamentos urbanos de culturas, lazer e esportes.

A partir disso, propõe-se as seguintes políticas específicas:

- a) diferenciar no 1º grupo Londrina e Ponta Grossa.

Londrina: Cidade média/pólo de dinamização regional

num processo de metropolização, o que exige programas de transporte inter-urbano na área conurbada; política de uso do solo; plano de ação sobre as favelas na área de metropolização; controle do meio ambiente na área do METRONOR, principalmente no que se refere ao abastecimento de água e ao saneamento.

Ponta Grossa: considerá-la enquanto possibilidade de expansão industrial da Região Metropolitana de Curitiba;

- b) política de uso do solo, transportes, equipamentos de infra-estrutura urbanos, etc., que atue no sentido de se antecipar ao crescimento futuro, evitando distorções que possam comprometer o desenvolvimento dessas cidades.

As características particulares de cada centro determinarão, a nível de detalhes, os vários tipos de política.

Pequenas Cidades: Para essas cidades, dadas suas condições atuais, pode-se propor as seguintes políticas específicas:

- a) adequar e reforçar suas funções de atendimento à população rural;
- b) melhorar os acessos vicinais e intermunicipais no sentido de aprimorar sua ligação ao pólo regional e o acesso à área adjacente;
- c) criar infra-estrutura básica (saneamento, água, luz e habitação) que leve em conta também a adaptação às condições locais no que se refere à escala e à tecnologia adotadas;

d) apoiar a estrutura administrativa dos municípios e reforçar a capacidade de tributação no plano técnico e político, mobilizando os órgãos que desenvolvem programas nessa área, como o Projeto .CIATA e as da FAMEPAR.

7 POLÍTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS DE EMPREGO

A manutenção e ampliação das oportunidades de emprego são determinadas pelo crescimento da economia, basicamente pela expansão do setor industrial.

É impossível impor ao setor privado, e particularmente ao industrial, padrões de absorção de mão-de-obra incompatíveis com a sua racionalidade, por diversas razões, entre elas: as possibilidades de acumulação do setor, seus padrões de competição e a existência de uma matriz de relações intersetoriais que não pode ser alterada exogenamente. Isso implica que a principal contribuição das atividades privadas para a questão do emprego é o máximo crescimento possível.

Assim, a manutenção do crescimento econômico assume o caráter de condição necessária para a resolução da questão do emprego. Porém, não é uma condição suficiente. Mesmo que a expansão econômica avance, não é suficiente para absorver todo o contingente de mão-de-obra disponível. As constantes inovações tecnológicas não permitem que o emprego se expanda ao mesmo ritmo da taxa de investimento. O aumento da produtividade do trabalho diretamente associada à necessidade de aumento da taxa de lucros traz consigo uma redução no volume de emprego por unidade de capital.

Dessa forma, mesmo com o crescimento da economia e o aprofundamento do desenvolvimento da divisão do trabalho não é possível garantir o pleno emprego. Nos casos das economias

capitalistas retardatárias, esse processo muitas vezes é agravado diante das profundas transformações que ocorrem no aparelho produtivo. Muitas formas atrasadas de produção são destruídas, forçando principalmente, de maneira violenta, o mercado de trabalho urbano.

Como a lógica econômica do setor privado impõe uma capacidade de absorção de mão-de-obra, limitada, mas não pequena, resta como única alternativa viável o Estado atuar de forma deliberada na implementação de políticas públicas de emprego. Isso é possível na medida em que o Estado não tem como sua preocupação o objetivo de maximizar lucros, além de ser o elemento capaz de mediar a concorrência dos diversos segmentos do capital, reorientando e estimulando as novas frentes de expansão da economia. Essa atuação do Estado tem ocorrido de forma mais ou menos intensa, conforme as diferentes condições sociais e políticas vigentes em cada país.

Esse tipo de política tem apresentado efeitos bastante satisfatórios na melhoria das condições de vida da população e isso, sem nenhum inconveniente para o crescimento das economias que a ela recorreram.

Desse modo, dada a magnitude da economia brasileira, os problemas sociais a ela subjacentes e a situação de crise na qual se encontra, é perfeitamente factível e aconselhável a adoção de políticas de emprego através do gasto público e voltadas para o atendimento das necessidades sociais básicas de considerável parcela da população.

Não será essa a primeira vez que, na história contemporânea, o Estado é convocado para interferir em situações críticas, apelando para sua face universal e protetora do

"bem comum".*

Em nada de original resulta hoje fazê-lo, pois o conjunto de países industrializados está utilizando esse tradicional instrumento de regulação social e impulsor de políticas econômico-sociais. Assim agem governos tanto socialistas (França, Espanha, Suécia, etc.) quanto liberais (Inglaterra, Estados Unidos, Japão).

Os discursos do liberalismo ortodoxo, pensados em alguns centros intelectuais dos países capitalistas avançados, só servem para catastróficas experiências em países "periféricos" (ver caso do Chile, da Argentina, entre outros) onde o autoritarismo e a ausência de uma sociedade civil organizada impedem a manifestação da maioria da população. Seria impensável nos países desenvolvidos aplicar receitas liberais, isentando o Estado de suas responsabilidades sociais. No Brasil, a história nos últimos 30 anos impõe as mesmas restrições.

Por isso a crise, em lugar de levar ao questionamento da participação do Estado, recoloca-a em dois níveis: criar e garantir espaços para o crescimento econômico e garantir o desenvolvimento nacional.

De nada serve crescer se não se estendem os frutos desse crescimento para o conjunto da comunidade nacional. Todo crescimento é instável e finito sem a incorporação de todos os setores sociais de uma nação ao desenvolvimento.

Os anseios de bem-estar econômico e participação demo-

* Nos Estados Unidos, entre os anos 1929 e 1935 o estado passou de 600 000 para mais de um milhão de empregados. Nos países europeus (Alemanha, França, Itália, etc.) ocorria o mesmo fenômeno, além dos fantásticos planos de obras públicas, que chegaram a empregar 4 milhões de trabalhadores.

crática são elementos essenciais para qualquer comunidade que procura se impor como nação soberana e independente.

Os governos que assumem em março de 1983 deverão dar respostas e continuidade a esses anseios e, no fim dos seus mandatos, submeter ao julgamento da comunidade nacional as suas realizações. Essa é a única garantia que permite esperar a revisão das atuais prioridades econômicas e sociais.

No próximo quadriênio, os governos deverão ser **Governos do Emprego**, articulando em torno dessa política o conjunto das ações do setor social. Sem garantir o nível de emprego será impossível pensar a educação, a saúde, a alimentação, a cultura e o lazer da população.

Portanto, no próximo período, os investimentos públicos devem ter, a exemplo do conjunto da ação governamental, dois objetivos: aumentar a qualidade de vida da população e garantir o nível de emprego.

A intervenção do Estado para obter esses resultados deve:

- a) redefinir e aumentar os gastos em investimentos públicos na área social, principalmente habitação, educação, alimentação, saúde e saneamento;
- b) ampliar o quadro funcional do Estado para atender às necessidades dos serviços públicos coletivos e os serviços de apoio ao desenvolvimento nacional, principalmente na área de ciência e tecnologia.

De forma a se ter uma dimensão do papel dessa intervenção, segundo as projeções realizadas num estudo recente,¹ o crescimento da População Economicamente Ativa - PEA - urbana paranaense colocará no mercado de trabalho 57 800 indivíduos

¹IPARDES - Fundação Edison Vieira. Estudos para uma política de emprego. A ser publicado.

por ano, no próximo quadriênio. Além disso, estima-se que, aproximadamente, 16 700 pessoas serão expulsas das atividades agrícolas, na ausência de programas adequados à manutenção do emprego e ocupação desse setor. Isso significa a necessidade de 75 000 empregos novos ao ano, sem considerar a absorção do saldo de desempregados existentes até julho de 1982.

Além dos programas habituais de investimento, o incentivo ao crescimento econômico e o apoio ao setor agrícola em geral e ao pequeno produtor, em particular, impõem-se como necessários programas de investimentos especiais capazes de gerar empregos.

Assim, torna-se medida indispensável a intervenção estatal, através da sua maior participação no emprego e na adoção de políticas de investimento ligadas aos serviços públicos coletivos.

7.1 HABITAÇÃO

A problemática da habitação está relacionada a duas diretrizes básicas. A primeira, a de geração de empregos, considerando um programa de construção de habitações populares, que além de sua função social em si mesma, absorve produtivamente uma significativa parcela de trabalhadores atualmente desempregados. A segunda, melhoria das condições de vida das camadas mais pobres da população. A preocupação do Estado, portanto, deve estar voltada fundamentalmente para programas de habitação popular.

É premente uma atuação nas favelas existentes no Parañã; pois, embora a população favelada não tenha aumentado muito em Curitiba, teve um crescimento significativo nas outras cidades da Região Metropolitana e no interior, principalmente no norte do Estado.

Além das favelas, os loteamentos populares e os cortiços exigem processos de desapropriação e financiamento para reformas e melhorias. Os loteamentos se localizam nas áreas periféricas das cidades maiores, longe dos locais de trabalho, e frequentemente são clandestinos, uma vez que não obedecem aos dispositivos legais que os regulamentam. São desprovidos de infra-estrutura básica (água, luz, esgoto) e de serviços como transporte, telefone, atendimento de saúde e segurança pública.

Atuar sobre esses problemas significa regularizar a posse dos terrenos em loteamentos clandestinos e favelas, incluindo sua urbanização. Disso decorre a agilização do usucapião urbano e novas formas de propriedade do solo nas favelas, para impedir a fragmentação de sua área em lotes inviáveis. Além disso, os problemas fundamentais da habitação popular são o seu preço e as atuais formas de financiamento existentes (SFH e BNH).

Como essas questões são definidas na esfera Federal, o Estado deve gestionar para promover algumas reformulações na política habitacional, que visem:

- a) criar mecanismos que possibilitem a formação de estoques de área para implantação de conjuntos habitacionais no interior da malha urbana. Atualmente, algumas prefeituras já formam esses estoques, porém através da aquisição de áreas baratas e, portanto, afastadas e inadequadas. Os estoques poderão ser formados pela desapropriação de áreas urbanas, no valor do terreno declarado para fins de recolhimento de impostos. Podem ser pagos em título da dívida pública, através do direito de preferência do poder público na

aquisição de áreas declaradas de interesse social, o que resultaria numa progressiva municipalização do solo urbano;

- b) criar programa de habitações para aluguel, para viabilizar o acesso à moradia a amplas parcelas da população, incluindo as moradias já construídas e não ocupadas;
- c) subsidiar a construção habitacional, com liberação de recursos a fundo perdido, para atingir os grupos de baixa renda que não têm acesso aos programas habitacionais já existentes;
- d) revisar o programa de financiamento de materiais de construção, para baraterá-los e torná-los acessíveis;
- e) padronizar os materiais de construção e equipamento, buscando elevar o nível técnico da habitação popular e melhorar o nível técnico dos processos de autoconstrução;
- f) estimular a pesquisa de novas técnicas de construção, adaptáveis regionalmente para programas habitacionais amplos, baratos e rápidos;
- g) desenvolver, regulamentar e fiscalizar a qualidade das técnicas de construção de habitação popular.

É necessário ainda um plano global para o Paraná, que permita a ação conjunta e ordenada das várias instituições e órgãos que atuam na área habitacional. Nesse plano a habitação será integrada aos problemas de transporte, saneamento e saúde, educação e lazer. Na definição do plano, deve-se:

- a) estudar os mecanismos de crédito do Sistema Financeiro de Habitação para verificar as margens de au-

- tonomia do Estado na elaboração de um programa habitacional próprio;
- b) estudar as possíveis fontes de recursos para a habitação, em especial o papel do FINSOCIAL;
 - c) adaptar as atividades da COHAPAR e da COHAB para que esses órgãos se constituam de fato em agentes de uma política habitacional estadual;
 - d) planejar a localização da área ocupada por habitações para que ela não interfira diretamente na valorização fundiária e na extensão da malha urbana;
 - e) valorizar soluções adequadas às especificidades regionais;
 - f) considerar que as soluções para os problemas habitacionais também estão relacionadas com a extensão dos centros urbanos;
 - g) dar especial atenção ao problema da habitação rural e ao problema de grandes parcelas da população que não tem rendimentos mensais fixos, como os trabalhadores volantes ou bôias-frias e trabalhadores do setor informal urbano;
 - h) enfrentar a questão da especulação imobiliária, criando mecanismos para o seu controle;
 - i) revisar a legislação urbana, como a Lei de Uso de Solo que possibilita a valorização exagerada de algumas áreas. E também a taxaçoão do Imposto Predial e Territorial Urbano para conter essa especulaçoão.

Esse plano deve ser elaborado com a participação democrática da população que está diretamente envolvida. Essa democratização deverá contemplar a participação da população no direcionamento das inversões públicas em habitação, na escolha dos locais para construção, nas formas de financiamento, no tipo e padrão da habitação de acordo com suas preferências e valores culturais.

7.1.1 Programa Especial de Habitação

A impulsão de um programa habitacional dirigido aos setores da população de baixa renda, através do Governo Estadual, é o caminho mais adequado para obter os objetivos fixados no programa social: manter o nível de emprego e melhorar a qualidade de vida da população.

O déficit habitacional do Estado era de 120 000 habitações em 1981: 90 000 unidades no interior do Estado, das quais aproximadamente 10 000 em Londrina e 30 000 em Curitiba.²

Em 1981 foram construídas no Paraná 18 000 unidades habitacionais. A COHAPAR foi responsável por 12 000 unidades, a COHAB-CT por cerca de 4 000 e a COHAB-LA aproximadamente por 2 000.

O investimento realizado pela COHAPAR para a realização de 12 000 habitações foi de 8,5 bilhões de cruzeiros e gerou em 1981 cerca de 5 300 empregos homem/ano. O montante gasto representou 27,26% do total de obras realizadas no Estado.³

TABELA 2 - INVESTIMENTO EM OBRAS E NÚMERO DE EMPREGO GERADOS POR INVESTIMENTO E POR ÓRGÃO - EM EMPREGO HOMENS/ANO - 1979-1981
(Em Cr\$ milhões de 1981)

ÓRGÃOS	1981				1979-81			
	Investimento Total		Número de Empregos		Investimento Total		Número médio de emprego p/ano	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%		
DER	10 816	34	1 930	12	43 515	49	2 371	
FUNDEPAR	1 309	4	1 070	6	3 467	4	945	
COHAPAR	8 592	27	5 267	32	9 990	11	2 041	
EMOPAR	2 760	9	2 256	14	6 926	8	1 887	
COPEL	3 891	12	1 749	11	16 307	18	2 656	
SANEPAR	4 142	13	4 054	25	8 699	10	2 840	
TOTAL	31 510	100	16 326	100	88 384	100	12 740	

FONTE: SAD - Elaboração IPARDES

²HABITAÇÃO. Boletim de Análise Conjuntural, Curitiba, IPARDES - Fundação Edison Vieira, 3(7):14-8, jul./ago. 1981.

³IPARDES - Fundação Edison Vieira. Estudos para uma política de emprego. A ser publicado.

O déficit habitacional não seria resolvido no quadriênio 82/86 nem com a construção de 30 000 casas populares por ano. Propõe-se um "programa Especial" de 10 000 habitações extras por ano durante esse período, além da continuidade dos programas da COHAPAR, COHAB-CT e COHAB-LA. Essas construções deveriam contar com financiamentos do próprio Governo Estadual, para não depender exclusivamente dos rígidos esquemas do SFH ou Caixa Econômica Federal, podendo provir esses fundos dos recursos do FINSOCIAL, ou até mesmo, ampliando de forma controlada o endividamento do Estado. Isso asseguraria a sua realização independente da situação a nível nacional. Essa situação permitiria implementar um sistema de aluguel de acordo com o salário do beneficiário.

As 10 000 casas "extras" representariam um gasto de 7,5 bilhões (em valores de 1981) e 4 600 empregos/homem/ano: 6% das necessidades totais de emprego para o Estado, além de beneficiar diretamente 20 000 pessoas com emprego e outras 40 000 na melhoria das suas condições de vida.

7.2 SAÚDE E SANEAMENTO

É necessário reconhecer que a problemática do acesso à saúde está ligada ao desenvolvimento de processos que envolvam a participação direta da comunidade. Isso criaria condições de interferência dos diversos segmentos sociais, já que as manifestações de saúde e doença não se caracterizam simplesmente como mero reflexo do biológico, mas como expressões concretas de fatores econômicos, sociais e culturais das diversas sociedades.

A saúde é o "estado de equilíbrio dinâmico com o meio", o que ressalta sua interdependência com o nível de renda da população, o tipo de trabalho desenvolvido, o número de horas trabalhadas, as condições de moradia, os padrões culturais e a disponibilidade de outros serviços públicos.

Sem uma ação concreta no campo da saúde pública, fortalecida por boas condições de saneamento, abastecimento d'água e outras, não poderá haver melhoria nos padrões de saúde. A ausência dessas condições tem como efeito a morte precoce, e por causas evitáveis, de significativos contingentes populacionais.

Num âmbito mais geral, a privatização crescente da medicina - processo que articula empresas médicas, indústrias farmacêuticas e de equipamentos e um sistema financeiro, do qual a Previdência Social é o principal agente - também condiciona e determina o estado de saúde da população brasileira.

O modelo de saúde-médico-hospitalar privado não é resultado da política atual. Permeia todo o desenrolar histórico das "políticas sociais" adotadas no Brasil. A política governamental de saúde atua, e tem atuado historicamente, em favor de um processo de concentração da renda, ao invés de uma efetiva política social distributiva.

Institucionalmente, o serviço público de saúde no Brasil está estruturado sobre dois pilares: o Ministério da Previdência Social, responsável pelo atendimento médico, e o Ministério da Saúde, responsável pelos serviços de saúde pública.

A Previdência Social se define como medicina curativa e é disponível apenas para os trabalhadores regularmente inscritos e legalmente matriculados. O serviço de Saúde Pública tem caráter preventivo.

Os orçamentos desses dois setores para 1980, no Paraná, refletem o desprezo à ação de caráter preventivo. Nesse ano, o Ministério da Previdência gastou no Estado Cr\$ 10 bilhões de cruzeiros no atendimento médico-hospitalar, enquanto que a Secretaria de Estado da Saúde Pública e do Bem-Estar Social dispôs de Cr\$ 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiros. Portanto, gastou-se mais de 7 vezes curando do que prevenindo.

Como agravante, o gasto do Estado em saúde e saneamento, que em 1975 correspondia a 6% do orçamento, caiu para menos de 3% em 1979.

Quanto à prestação de assistência médico-hospitalar, a característica básica é a da sua privatização. Em 1980, 94% dos 598 hospitais no Paraná eram particulares. No mesmo ano, das internações hospitalares computadas pelo INAMPS, 70% foram realizadas em hospitais contratados, quase 30% em hospitais conveniados, e apenas 0,1% foram internações realizadas em hospitais do próprio INAMPS.

A estreita ligação entre o sistema da Previdência Social e a rede hospitalar privada permite aos hospitais particulares, que como qualquer outra empresa privada opera em função dos lucros, ampliar as oportunidades de cirurgias e internamentos desnecessários, alterar diagnósticos, realizar cobranças duplas e solicitar exames sofisticados desnecessários.

Outro problema é o da desordenada distribuição espacial dos equipamentos médicos. São os grandes centros urbanos que centralizam a maior parte dos equipamentos disponíveis. Em outros casos, principalmente nas cidades menores, quando existem centros de saúde, esses estão com instalações e equipamentos precários. É necessária uma efetiva hierarquização funcional da rede de as-

sistência médica para uma maior cobertura dos serviços de saúde, principalmente às populações das cidades de menor porte e da zona rural.

Os indicadores abaixo relacionados refletem as condições da qualidade de vida e saúde da população paranaense.

Mortalidade Infantil - O coeficiente de mortalidade infantil se destaca como um dos indicadores mais sensíveis das condições de saúde da população. Essa mortalidade possui uma direta associação com a ausência de programas de imunização, a precariedade das condições de saneamento básico, a ausência de controle de doenças infecciosas, falta de atendimento médico-preventivo, precária administração de programas de saúde e, principalmente, a desnutrição que, além de ser causa direta de morte, representa fator agravante para doenças infecciosas.

No Paraná, os coeficientes de mortalidade infantil, ainda que em melhores condições do que os de outras regiões brasileiras, estão aquém dos países desenvolvidos (tabela 3). Esses índices podem se agravar pela ocorrência de óbitos infantis em localidades sem serviços de saúde e pela existência de "cemitérios clandestinos" no interior do Estado.

TABELA 3 - COEFICIENTE DA MORTALIDADE INFANTIL NO PARANÁ E EM ALGUNS PAÍSES - 1978-80
(Coeficiente por 1 000 Nascidos Vivos)

ESTADO/PAÍS	1978	1979	1980
Paraná	59,54	54,15	52,10
Suécia	7,8	-	-
Estados Unidos	13,6	-	-
Japão	8,4	-	-

FONTE: SESB - World Health Statistics/WHO-1980

Mortalidade Proporcional - A mortalidade proporcional por grupo etário relaciona a saúde e longevidade da população. No Paraná, observa-se índices insatisfatórios com concentração de mortes na população de menores de um ano (tabela 4).

TABELA 4 - MORTALIDADE PROPORCIONAL POR GRUPO ETÁRIO NO PARANÁ - 1980

GRUPO ETÁRIO	NÚMEROS ABSOLUTOS	%
0 - 1	10 407	22,16
1 - 5	2 199	4,68
5 - 15	1 223	2,60
15 - 50	9 833	20,94
50 e mais	22 741	48,44
Ignorado	554	1,18
TOTAL	46 957	100,00

FONTE: SESB

Em comparação, em alguns países a distribuição é como a que segue na tabela 5.

TABELA 5 - MORTALIDADE NOS GRUPOS DE MENOS DE 1 ANO E MAIS DE 50, EM ALGUNS PAÍSES - 1980

PAÍSES	< DE 1 ANO %	> 50 ANOS %
Suécia	0,80	92,33
Holanda	1,47	89,73
Japão	2,06	84,33
Israel	6,35	81,85
Estados Unidos	2,47	84,63

FONTE: World Health Statistics/WHO - 1980

Mortalidade Materna - Os coeficientes de mortalidade materna no Paraná, no período 1977-79, são apresentados na tabela 6 e refletem as precárias condições de vida e assistência

médica no Estado.

TABELA 6 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE MATERNA NO PARANÁ E EM
ALGUNS PAÍSES - 1977-79

(Por 1 000 Nascidos Vivos)

ESTADO/PAÍS	1977	1978	1979
Paraná	1,12	1,03	0,98
Suécia	-	0,06	-
Israel	-	0,10	-
Holanda	-	0,11	-
Estados Unidos	0,11	-	-
Japão	0,22	-	-

FONTE: SESB - World Health Statistics/WHO - 1980

Mortalidade por Causa - A análise da mortalidade segundo as causas mostra-se um excelente indicador para a avaliação do nível de saúde. Os dados do Paraná em 1979 revelam uma significativa incidência, principalmente na faixa de 0 - 1 ano, de mortes causadas por: doenças transmissíveis (diarrréia, sarampo, tétano, etc.) - evitáveis por saneamento básico e vacinação preventiva; doenças do aparelho respiratório - típicas de crianças desnutridas e residentes em habitações precárias, e por afecções originárias do período perinatal decorrentes da insatisfatória oferta dos serviços que compõem a assistência médico-hospitalar e dos serviços, pré, neo e pós-natal ou, de modo geral, a ineficiente assistência materno-infantil (tabela 7).

TABELA 7 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR CAUSA NO GRUPO ETÁRIO DE 0 - 1 ANO NO ESTADO - 1979

CAUSA	COEFICIENTE POR 10 000 NASCIDOS VIVOS
Doenças Transmissíveis	127,33
Doenças do Aparelho Respiratório	70,69
Algumas Afecções Originadas no Período Perinatal	149,54

FONTE: AIT/APC/SESB-PR - Ago./72

NOTA: Dados Preliminares

Saúde do Escolar - Pesquisa realizada em 1979 nas escolas paranaenses demonstra que grande parte da população permanece aquém do mínimo necessário para a manutenção de sua saúde. Do total da população pesquisada, apenas 57% possuíam privadas higiênicas em suas residências e 48% água corrente. A desnutrição atingia 55% do total, a verminose 70%, tuberculose, difteria e tétano 10%, deficiência mental 20%, cárie dentária 100%, baixa acuidade auditiva 3% e baixa acuidade visual 3%.

Esperança de Vida ao Nascer - Os dados da tabela 8, embora se refiram a valores de 1970, evidenciam, no Paraná, a relação entre níveis de renda familiar e o indicador de mortalidade expresso em esperança de vida ao nascer -- e_0^0 .

TABELA 8 - NÍVEL DE RENDA E ESPERANÇA DE VIDA NO PARANÁ - 1970

RENDA FAMILIAR	e_0^0 RURAL	e_0^0 URBANO	URBANO/RURAL
Cr\$ 1,00 a 150,00	55,3	51,2	0,93
Cr\$ 151,00 a 300,00	57,1	55,5	0,97
Cr\$ 301,00 a 500,00	60,0	59,0	0,98
Cr\$ 500,00 +	62,3	64,1	1,03

FONTE: CARVALHO, J.A.M. de & WOOD, C.H. Renda e concentração da mortalidade no Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo, IPE/USP, 7(1):107-30, jan./abr. 1977

OBS.: O salário-mínimo para o Paraná, em 1970 era de Cr\$170,00 aproximadamente

A esperança de vida ao nascer, tanto no meio urbano quanto rural, correlaciona-se positivamente com o nível de renda. Isto, de certa forma, reafirma a importância das condições de permanentes de emprego, portanto, de renda e expansão quantitativa e qualitativa dos serviços públicos em geral.

A partir do quadro geral, pode-se formular as seguintes propostas:

a) na área de saúde:

- i) redirecionar a ação do Estado visando assumir progressivamente a responsabilidade em relação à saúde da população;
- ii) redirecionar a política de saúde no sentido de privilegiar a medicina preventiva;
- iii) criar e reativar hospitais e centros de saúde visando a reestruturação e hierarquização funcional da rede de assistência médica estadual para garantir o efetivo acesso da população rural e da urbana dos pequenos municípios a esses serviços;
- iv) promover a assistência materno-infantil gratuita desde a gravidez até 6 anos de idade, através de postos de saúde instalados em locais convenientes das zonas urbana, periférica e rural;
- v) garantir o acesso da população de menor rendimento aos medicamentos necessários ao seu tratamento, através da expansão dos postos de venda subsidiados pelo Estado;
- vi) garantir a obrigatoriedade e fiscalização so-

- bre a continuidade do recebimento das doses de vacinas pela população infantil;
- vii) oferecer tratamento dentário gratuito nos postos de saúde, inclusive com a prestação de serviços especializados;
 - viii) controle maior por parte do Estado com relação à saúde e segurança do trabalho;
 - ix) integrar a questão saúde à educação e extensão rural;
 - x) oferecer condições de tratamento aos doentes mentais através de clínicas especializadas;
 - xi) oferecer alimentação gratuita a toda população escolar mantida pelo Estado;
 - xii) reordenar a atuação do setor público de saúde, promovendo a efetiva articulação das diversas instituições federais, estaduais e municipais;
 - xiii) racionalizar a oferta de serviços do setor público, com vistas à eliminação da ociosidade e ao aumento da produtividade dos recursos disponíveis;

b) na área de saneamento:

- i) reformular a política de saneamento, para que se viabilize a extensão de seus serviços à população de menor renda;
- ii) utilizar novas técnicas mais baratas para que se viabilize a ampliação destes serviços para toda a população;
- iii) criar uma política de saneamento para a zona rural, utilizando inclusive métodos de Educa-

ção Sanitária;

- iv) criar política de efetiva diferenciação progressiva nas tarifas, segundo a renda e nível de consumo.

7.2.1 Programa Especial de Saúde

A geração de emprego no setor saúde foi estabelecida em função das carências quantitativas atualmente existentes na rede física dos serviços de Saúde Pública mantida pelo Estado, obedecendo a estrutura funcional e hierárquica de cada módulo já desenvolvido pela Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social.

Os serviços da Saúde Pública no Estado são operacionalizados através de Postos de Saúde e Centros de Saúde, que possuem características descritas a seguir.

Postos de Saúde - Unidade sanitária simples, operada por pessoal auxiliar de saúde de nível elementar, treinado para executar ações básicas de saúde. Localiza-se na zona rural, cobrindo um contingente populacional de 500 a 2 000 habitantes.

Centros de Saúde de Transição - Intermediação entre Posto e Centro de Saúde, localiza-se em Distritos Administrativos, povoados, sede de municípios, cobrindo um contingente populacional de 2 000 a 6 000 habitantes.

Centro de Saúde I - Destinado a prestar assistência médica-sanitária, conta com um ambulatório para assistência médica permanente em especialidades básicas, e Laboratório Básico. Serve de apoio e dá supervisão aos Postos de Saúde. Localiza-se em sede de municípios.

Centro de Saúde II - Unidade complexa, com atendimento em especialidades básicas e estratégicas. Serve de apoio e dá supervisão às Unidades Sanitárias de níveis menos complexos.

Estão situados em Sedes de Distritos Sanitários.

Centro de Saúde Especializados - Unidade complexa, centro de treinamento especializado; unidade de referência de dois ou mais distritos. Centros de pesquisas, e estão sediadas em grandes centros urbanos e região metropolitana.

Dos cinco tipos apresentados, foram desconsiderados o Centro de Saúde II, por estar interligado às sedes de Distritos Sanitários, e o Centro de Saúde Especializado, por estar alocado em grandes centros, de certa forma já atendidos por tal tipo de serviço.

Da população rural, 74% ainda não tem acesso aos postos de Saúde. Necessita-se criar 1 000 postos no período de 4 anos, o que resultaria na geração 2 000 mil empregos diretos permanentes e de 710 empregos indiretos decorrentes de 62 000 m² de área a ser constituída.

Os Centros de Saúde de Transição, pelas suas características, deve atender cada sede de município. É preciso construir 94 unidades num período de 4 anos, gerando 658 empregos diretos permanentes e 136 empregos indiretos, provenientes de 11 844 m² de área a ser construída.

São necessários 40 Centros de Saúde I, que seriam instalados em cidades com maior concentração populacional. Isso possibilitaria a criação de 880 novos empregos diretos e permanentes e 120 indiretos, em função da construção de 10 361,2 m².

O total de empregos gerados seria em torno de 3 538 diretos e permanentes e 465 indiretos relativos às obras de construção. Vale frisar que essas metas atendem o déficit atual e não consideram o incremento populacional anual.

7.3 EDUCAÇÃO

A Educação no Paraná se apresenta altamente seletiva. Em 1979, 25% da população de 7 anos e mais, ainda era analfabeta. Em 1980, o pré-escolar atendia 55 828 crianças, de uma clientela potencial superior a 500 000. Das atendidas, 65% estavam em escolas particulares. No ensino de 1º grau, 500 000 não eram absorvidas pelas escolas e no 2º grau, 900 000 estavam de fora.

A essa seletividade crescente se soma a evasão escolar. Ainda em 1980, a evasão escolar no 1º grau foi de 13% e no 2º de 20%.

O fator básico de seletividade é o econômico, e se evidencia que as camadas de baixa renda têm o seu acesso à educação formal barrado no 1º grau, ou mesmo não chegam a frequentar a escola.

Nos últimos anos, o Estado tem contraído suas inversões no setor de educação, criando com isso um espaço onde se amplia a rede particular. O fato se agrava quando a situação de crise econômica, a nível nacional, implica perda de poder aquisitivo de significativa parcela da população.

Os currículos são de baixa qualidade e inadequados às exigências da realidade concreta vivenciada pelos alunos. As escolas particulares se especializam em preparar os alunos para o ingresso no nível superior e com isso estreitam as possibilidades de acesso dos estudantes das redes oficiais que sequer cumprem essa função.

Esse quadro precário e elitista impõe um planejamento voltado às camadas de baixa renda, com a concentração de esforços na pré-escola e primeiro grau, para ampliar a base de acesso à educação formal.

Para isso, propõe-se:

- a) descentralizar a administração de ensino, considerando as diferenças regionais e as categorias sociais atendidas para possibilitar a participação dos setores sociais envolvidos na questão educacional;
- b) facilitar a participação da comunidade nas delegacias regionais de ensino pela integração com as associações de pais e mestres. Aquelas deverão coordenar e distribuir a merenda e os materiais e não serem meras repassadoras;
- c) adequar o tipo de merenda aos hábitos alimentares da população, aproveitando a produção regional.

Ensino Prê-escolar - São vários os problemas das crianças em idade de pré-escola - 0 a 7 anos - decorrentes das condições de vida de grande parte da população: o abandono, em casa ou na rua, a expulsão da família do campo, a marginalidade social e a violência urbana.

Os últimos estudos desenvolvidos sobre a criança acentuam ser este período decisivo e definidor do seu desenvolvimento físico, afetivo e cognoscitivo.

O aviltamento da infância no Brasil chega a ser um dado cultural. A violência contra a criança são dados estruturais da cultura brasileira e só poderão ser removidos com uma política específica de esclarecimento da população em relação à violência e seus efeitos diretos na dinâmica intelectual e emocional da criança.

A pré-escola é um dos espaços privilegiados para a troca de informações e a participação dos pais e da comunidade na erradicação de tais problemas.

Sobre a pré-escola, propõe-se:

- a) reorientar os organismos institucionais para a pesquisa curricular, acompanhamento e dinamização dos setores voltados ao atendimento pré-escolar;
- b) estender e reprogramar os currículos dos cursos de especialização do magistério para a pré-escola;
- c) instalar creches e pré-escolas através do setor público e implementar a fiscalização nas empresas para o cumprimento da legislação sobre creches;
- d) assegurar alimentação e tratamento médico-dentário, criando espaços para a ocupação da mão-de-obra disponível na comunidade (hortelões, cozinheiros, etc.);
- e) descentralizar a administração e implementar um programa de troca de informações entre a direção comunitária local e a administração central.

Ensino de 1º grau - O período do 1º grau compreende 8 anos de formação e é fundamental na estruturação do senso de coletividade e cidadania.

Nesse período, a evasão escolar determinada pela necessidade precoce da luta pela sobrevivência e/ou pela acumulação de repetências provocadas pela inadequação curricular, retira da escola parte significativa da população ao longo do 1º grau.

A sobrecarga de trabalho dos professores para perceber remuneração minimamente adequada reflete diretamente no nível do ensino e do emprego no setor. Some-se a isso a impossibilidade de reciclagem e atualização que deprime a qualidade do ensino.

As soluções se encontram bloqueadas pela estrutura verticalizada e autoritária tanto na administração quanto na pré-

tica escolar.

Para esse nível, propõe-se:

- a) intensificar o processo de interação escola-comunidade para instaurar e consolidar uma vivência solidária, democrática e co-responsável;
- b) implementar experiências-piloto de funcionamento em período integral das escolas para o atendimento às populações de baixa renda, garantindo a efetiva frequência escolar através de salário-educação;
- c) adequar os currículos para maior eficácia do ensino; dando especial atenção às escolas rurais;
- d) continuar e estender o programa de alimentação com o máximo de refeições no período;
- e) revisar o horário de funcionamento das escolas, para que elas mantenham o aluno o máximo possível. Um programa de atividades lúdico-pedagógicas, paralelo às atividades curriculares normais, possibilitaria a expansão do tempo de ocupação das escolas, sem necessidade de uma ampliação imediata da rede escolar.

Ensino de 2º Grau - A Lei de Diretrizes e Bases do Ensino nº 5 692/71, que instituiu o ensino profissionalizante, desconsiderou a reorganização na formação dos professores e as exigências de uma dotação orçamentária adequada, o que levou à sua revisão. Porém, seus efeitos desestabilizadores, perduram.

Além disso, o currículo é desvinculado da realidade e necessidades de formação.

Esse nível de ensino é o espaço privilegiado para a decisão profissional.

A formação profissionalizante é eficaz quando está in-

timamente ligada à realidade. Disso decorre a inexistência de uma formação eclética, acarretando o despreparo e descontinuidade na sua vivência sócio-política.

Outra consequência nesse processo foi a instituição do ensino supletivo para o 1º e 2º graus, sem que o Estado pudesse oferecer tal formação, repassando-a, assim, para o sistema privado. Hoje, o acesso às escolas particulares e cursinhos se impõe como a única possibilidade de ingresso nos cursos de nível superior, determinando uma nítida seleção econômica.

O Estado deve, portanto, ampliar sua área de atuação abrangendo o supletivo, já que na realidade sua população é composta por aqueles que foram excluídos da educação formal na faixa etária regulamentar.

Uma concepção de integração escola-comunidade como núcleo básico permitirá a absorção de pessoas da comunidade sem restringi-la a técnicos com formação acadêmica. A participação desses agentes da educação, representantes de algum conhecimento específico - ceramistas, marceneiros, músicos, artistas - ampliará, além do mercado de trabalho, o conceito de educação.

Para esse nível, propõe-se:

- a) descentralizar a administração e permitir a participação de setores sociais envolvidos na educação;
- b) reter na escola a população em idade escolar para retardar sua entrada no mercado de trabalho, implementando estágios nas atividades promovidas pelo Estado, particularmente naquelas com objetivo social;
- c) criar um programa de educação em artes industriais - marcenaria, ecologia, reflorestamento, desenho - visando ativar as oficinas de ensino, que atualmente

se encontram ociosas e distribuí-las pelos centros industriais. Além disso, sua ativação agregaria, imediatamente, professores treinados especialmente para tal atividade.

Propostas Especiais - O setor educacional apresenta outras ordens de problemas ainda não contempladas. Para tanto, sugere-se:

a) para o magistério:

i) revisar a forma de contratação e de remuneração dos professores, considerando que a baixa remuneração acarreta sobrecarga de funções e conseqüente deterioração da qualidade do ensino. Contudo, essa revisão só será efetivada com a maciça participação dos professores e incorporação de suas reivindicações que não são poucas nem recentes;

b) gerais:

- i) criar uma TV Educativa;
- ii) criar um programa estadual de alfabetização, com garantia de continuidade por outros programas de pós-alfabetização;
- iii) criar currículos especiais para as escolas das zonas rurais, compatíveis com cada região.

7.3.1 Programa Especial de Educação

A geração de empregos no setor foi estimada em função da precariedade do atendimento de creches e pré-escolas para a população de 0 a 6 anos, principalmente entre a população de baixa renda.

As tabulações avançadas do censo demográfico de 1980, apontavam no Paraná 1 060 000 crianças na faixa etária de 0 a 4 anos. Dessas, 580 000 se encontravam nos centros urbanos. Na faixa etária de 5 a 6 anos havia 325 000 crianças, das quais 204 000 estavam na zona urbana, atingindo um total de 784 000 crianças entre 0 a 6 anos, e aproximadamente 728 000 sem acesso ao atendimento pré-escolar. Em 1980, 60% da população total do Estado recebia de meio a dois salários mínimos, além daqueles sem remuneração. A partir desse percentual, que embora possa estar subestimado, a população entre 0 e 6 anos corresponderia, aproximadamente, a 437 000 crianças de famílias de baixa renda.

Para atender essa população, devem ser instaladas creches/escolas, com até 150 alunos, dividindo-os em 10 salas de aula com 15 crianças. Para isso, seria necessário criar 2.900 unidades creches/escolas, o que absorveria as 437 000 crianças entre 0 a 6 anos.

Se cada unidade criar 21 empregos fixos,* o total gerado será de, aproximadamente, 61 000 empregos diretos o que, num quadriênio, daria uma média de 15 250 empregos/anos. Esse total não considera o número de postos permanentes para outras funções, como médicos, dentistas, assistentes sociais e outras.

Propõe-se para o próximo Governo um programa "especial" no setor pré-escolar de 1 500 creches, uma média de 375 por ano, gerando cerca de 7 900 empregos fixos/ano.

*Estima-se a seguinte necessidade de mão-de-obra por escola e em tempo integral: 10 orientadores/professores; 5 atendentes de serviços gerais; 5 atendentes de cozinha e limpeza; e um auxiliar sanitário.

7.4 CULTURA E LAZER

Os homens, num determinado contexto social, **produzem** cultura à medida que compreendem e buscam a transformação social e conseqüentemente atingem a cosmologia que legitima a sociedade que querem transformar.

A cultura é uma produção contínua e dinâmica das expressões concretas dos grupos sociais em determinados momentos históricos. Essas expressões são constituídas pelas réplicas conceituais da realidade, transmissíveis e recriadas simbolicamente, de geração em geração, na forma de uma tradição composta de modos de existência, formas de organização e "visão de mundo" de uma comunidade humana.

Através da cultura é que os homens se humanizam ao mesmo tempo que se identificaram e incorporaram um grupo social, habilitando-se a produzir de acordo com as técnicas que ele domina, comportando-se segundo as normas e códigos nele consagrados e vivendo de acordo com seus usos e costumes.

É neste sentido que a cultura - diferente da erudição concebida como armazenamento de conhecimento sem compromisso com a transformação social - se exprime através de um **espaço cultural** como manifestação crítica da realidade social, econômica e política.

A dinâmica das sociedades gera formas de representação coletivas da vida social que referenciam as comunidades em seu curso histórico. São formas de representação veiculadas através de manifestações estéticas da comunidade.

Um dos fatores fundamentais da mudança cultural é a criatividade através de invenções e descobertas.

Por isso, o conceito de cultura está intimamente asso-

ciado ao conceito de lazer. E como a cultura tem a sua origem e essência no coletivo, as formas de lazer coletivas podem e devem recolher das manifestações estéticas coletivas - tradicionais e contemporâneas - seu material principal.

O conceito de cultura paranaense impõe o reconhecimento da diversidade de suas origens e da contemporaneidade de suas influências atuais.

O lazer, na sociedade capitalista, é considerado um mero artifício para a reposição da força de trabalho, onde o tempo livre é considerado "perda de dinheiro e produção". Numavisão transformadora, economizar não significa renunciar ao fruir mas desenvolver o poder e as capacidades de produção e ao mesmo tempo as capacidades e os meios do lazer e do tempo livre.

O lazer, além de ser focado como atividade lúdica coletiva, deve considerar o **tempo livre** como a condição fundamental para a transformação daquele que o usufrui num indivíduo diferente e é este homem transformado que se apresentará em seguida no processo de produção imediato.

Devolver ao conceito de saber e de cultura, a sua razão primeira, ou seja, a apropriação e a transformação do saber e do conhecimento pelos seus próprios produtores, é meta de uma política de cultura e lazer que ultrapasse os programas de gabinete pensando de cima para baixo e muitas vezes deslocados da realidade social.

A comunidade deve se apropriar de sua história e visão própria, enquanto participar - via modos de lazer coletivos - das manifestações culturais próprias do Paraná.

Dessa forma, além de preocupações de preservação e recuperação, é necessária uma dinamização nas relações entre a cultu-

ra e lazer e suas manifestações coletivas e sociais.

Ampliar o lazer como expressão da criatividade e da crítica coletiva e como espaço privilegiado para a manifestação popular, é romper com a concepção utilitarista do lazer como mera reposição da força de trabalho. Mas tudo isso será inviável senão puder ser reestruturado num processo de democratização e de ampliação de liberdade para a produção artística e cultural.

Para tanto, propõe-se:

- a) taxonomia das manifestações artísticas do Paranã;
- b) criação de Centros Municipais de Cultura para manifestação coletiva e necessário intercâmbio entre eles de maneira a dinamizar a cultura paranaense e o exercício crítico coletivo;
- c) continuação dos programas relacionados aos inventários, pesquisas, tombamentos, recuperação do patrimônio artístico do Estado;
- d) incentivo às manifestações populares tradicionais : festas, congadas, fandangos;
- e) recuperação das manifestações culturais, rurais e autoctones da região do Paranã;
- f) programa de incentivos ao surgimento das habilidades artísticas nas escolas, utilizando o ambiente como matéria-prima para a criação artística e lazer das crianças e adolescentes;
- g) integração, através de programas, das formas de expressão artísticas de correntes das várias tradições e etnias que compõem a "cultura paranaense";
- h) utilização da TV Educativa como forma de intercambiar as manifestações culturais e criação de filmotecas

- municipais com coordenação a nível estadual;
- i) intercâmbio cultural a nível da bacia do Prata do Paraná;
 - j) programas de intercâmbio inter-regional a nível nacional e propostas de intercâmbio internacional para grupos artísticos paranaenses;
 - k) implementação de uma Caravana Cultural (teatro, cinema e música) que percorra o interior do Estado abrindo espaço e motivando a comunidade para a criação dos espaços culturais dos Centros Municipais de Cultura e seus respectivos animadores locais;
 - l) uma programação de esportes para o lazer coletivo com a utilização das praças municipais e/ou campos de esportes municipais e de entidades particulares como colégios e clubes;
 - m) uma programação de lazer orientada especialmente para a população idosa, com atividades lúdicas adequadas e criação de espaços de encontro e centros de convivência e intercâmbio com outras gerações.

8 POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS DO EMPREGO

O mercado de trabalho do Brasil e do Paraná não é mais considerado flexível. A consolidação da estrutura do mercado de trabalho resultou em restrições a deslocamentos significativos interprofissões. Assim, os operários especializados das indústrias de ponta (metal-mecânica, química, etc.) não são facilmente reciclados para ocupações como de servente de pedreiro, ou outras profissões não-qualificadas. Por isso, uma série de políticas de emprego dirigida para setores qualificados da força-de-trabalho, tem semelhança com aquelas aplicadas por países industriais avançados. No que se refere aos setores mais desqualificados, é de extrema dificuldade implementar políticas administrativas, pois em geral fazem parte do mercado de trabalho informal. Os investimentos públicos e a ampliação do mercado de trabalho são o único caminho para a "proteção" desses setores.

O conjunto de políticas a seguir atendem principalmente o mercado de trabalho organizado. Além disso, por seu caráter abrangente, alcançam a esfera federal de decisões. Portanto, as indicações contidas nestas propostas apontam dois tipos de ação:

- a) ações de domínio estadual que poderiam ser implementadas imediatamente;
 - i) criar uma Secretaria de Trabalho, pois os órgãos que se ocupam do emprego estão subordinados à Secretaria da Indústria e do Comércio

e isso poderá criar empecilhos administrativos para a coordenação da série de ações dirigidas ao emprego. Caso não possa ser implementada essa Secretaria, os órgãos que tratam das questões do trabalho deverão ser valorizados com a nomeação de um Coordenador Geral a nível de secretaria especial;

- ii) criar um serviço de colocação de mão-de-obra, (Agência Estadual de Emprego), para agilizar as informações sobre a situação do mercado de trabalho.

Essa agência centralizaria todos os serviços dirigidos aos desempregados, como curso de formação, ajuda ao desemprego, assistência para os desempregados e as suas famílias.

Os órgãos como o SINE - DETEPAR deveriam sofrer uma revisão quanto à sua eficácia e agilidade o que lhes possibilitaria posteriormente tornarem-se Agência Estadual do Emprego;

- iii) criar cursos de Formação Profissional e Reciclagem para desempregados e demandantes de primeiro emprego, permitindo especialização ou reciclagem para os ramos industriais em expansão e requerentes de mão-de-obra, como também para os novos trabalhadores, paralelamente, criar uma política de "bolsa manutenção" que garanta uma renda mínima aos participantes desses cursos. Isso permitiria amenizar o trauma social que significa o desemprego para

o trabalhador qualificado, a dificuldade para seu deslocamento intersetorial, além de retardar e direcionar a entrada no mercado de trabalho do pessoal jovem.

Se, bem ministrados e em estreita relação com as informações prestadas pela Agência Estadual de Emprego, estes cursos permitiriam melhor colocação da força-de-trabalho disponível, sem desperdício de oportunidades.*

- b) ações na esfera federal, na qual o Governo Estadual atuaria através de gestões e pressões para que pudesse:
 - i) criar um sistema de seguro desemprego para os trabalhadores demitidos por razões econômicas garantindo não só a sua renda como saúde e educação gratuitos para os dependentes. Este seguro poderia ser administrado pela Agência Estadual de Emprego através de rígidas normas de controle;
 - ii) incentivar os acordos naturais em épocas de crise, entre sindicatos de trabalhadores e patrões visando a garantia de estabilidade no emprego;
 - iii) estimular tributariamente a contratação de mão-de-obra nas empresas;
 - iv) criar formas que transfiram a incidência dos

*No Paraná em 1982, tem-se 112.000 desempregados e 20.000 vagas sem poder ser preenchidas por falta de pessoal qualificado, segundo dados do SINE.

encargos sociais, de folha de pagamento para o faturamento das empresas;

v) desestimular através da taxaço as horas extras; permitindo assim a criação de novos postos de trabalho;

vi) criar projetos para a reduço da semana de trabalho, dependendo da intensidade do agravamento da crise econõmica.

Esse conjunto de medidas deve ser pensado na perspectiva de uma nova fase de expansõ da economia, pois esta, como tendẽncia histõrica, se apoiará numa maior intensidade de automatizaço dos processos de produço, o que tornar redundante a utilizaço da força de trabalho.